

ADverso

X-STEEP-IT-NSST



Adverso, Porto Alegre, n.224, jan/fev. 2017

ELES VÃO DECIDIR O TEU FUTURO

É tua aposentadoria que está em jogo. Pressione os deputados gaúchos que irão votar a Reforma da Previdência.

Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte|Ufcspa | Ufcspa Canoas | IFRS Porto Alegre
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha
IFRS Feliz | IFSul Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente

Paulo Machado Mors

Vice-presidente

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

1º Secretário

Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário e Diretor Social e Cultural

Newton Luis Garcia Carneiro

1º Primeiro Tesoureiro

Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos

Pedro Alves d'Azevedo

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior

Luciana Boose Pinheiro

Diretor de Assuntos da Carreira do EBTT

Eduardo de Oliveira da Silva

Diretora de Comunicação

Lúcia Couto Terra

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

Jairo Alfredo Genz Bolter

Diretor de Relações Sindicais

Eduardo Rolim de Oliveira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre | RS
CEP 90050-120 - Fone|Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

ADverso

Adverso, Porto Alegre, nº 224, jan./fev. 2017

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Machado Mors

Lucio Olímpio de Carvalho Vieira

Luciana Boose Pinheiro

Lucia Couto Terra

Tiragem: 3.700 exemplares

Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Araldo Neto, Adriana Lampert
e Daiani Cerezer

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Capa e Arte-final: Leonardo Guterres

Produção:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

Índice

Entrevista

Eduardo Rolim

Presidente do PROIFES conclama professores para lutar contra a reforma da previdência e por um novo acordo salarial com o governo em 2017

04

Especial

Conhecimento Interrompido

Extinção de fundações gaúchas pode comprometer imagem da UFRGS junto à comunidade científica internacional



09

Expansão

IFRS Campus Osório transforma a vida da comunidade através da educação

20

Reforma da Previdência

Morrer Trabalhando

A reforma vai impactar na vida de todos os trabalhadores. Confira tudo sobre ela nesta edição



24

Economia Solidária

Na crise, a roda gira

Reportagem mostra casos de sucesso na área

38

Vida no Campus

Professor da UFCSPA conquista importante prêmio de medicina por pesquisa básica neurológica



44

É hora de nos indignarmos. É hora de unidade.

Encerramos o ano de 2016 sob os efeitos da aprovação da Emenda Constitucional 95. Emenda que ficou conhecida pelos seus codinomes PEC 241 ou PEC 55, que fixou os limites dos gastos públicos por 20 anos, com prejuízos às políticas públicas em especial a saúde e educação. Iniciamos o ano de 2017 com a aprovação da Lei 13.415 que modifica a LDB, alterando significativamente a estrutura do Ensino Médio no país, com flagrante prejuízo aos alunos das escolas públicas. Estamos sob a ameaça da PEC 287, que reestrutura as bases da Previdência Social, tema explorado exaustivamente nesta edição. Além desses, há o PL 6.787, que propõe alterar as relações de trabalho, aumentando a jornada, admitindo redução salarial e de direitos dos trabalhadores. No âmbito do nosso Estado, a Assembleia Legislativa aprovou por ampla maioria, a proposta do Governador de extinguir a maior parte das Fundações Públicas, destacando-se a CIENTEC, FZB, FEE e Fundação Piratini. Este número da Adverso trata deste assunto, procurando esclarecer a importância que as fundações têm para o estado e os prejuízos do encerramento de suas atividades.

A crescente onda reformista do Estado brasileiro busca torná-lo cada vez menos presente na oferta dos serviços públicos, transformando-os em objeto de interesse comercial. A ideia que ganha corpo é que tudo vire negócio e tenha por meta o lucro. O Estado garantidor do bem-estar social, do desenvolvimento pleno das pessoas, do zelador dos direitos constitucionais, que tenha a pessoa humana como centro das funções do serviço público, dá lugar à política de exploração ilimitada, da ganância e do “cada um por si”. O governo abre mão da sua responsabilidade. Assim, cumpre o seu papel no grande acordo feito com o sistema financeiro e com o capital especulativo fazendo do país uma republiqueta sob o manto da impunidade.

As ações positivas das inúmeras operações de combate à corrupção parecem não conseguir dar conta do gigantesco aparato corrupto/corruptor instalado no poder central. Políticos e empresários hipó-

critas dão as cartas e impõem descaradamente suas ambições encontrando em setores moribundos da justiça suprema brasileira o respaldo necessário para zombarem da população.

O que os movimentos organizados da sociedade vêm fazendo para mudar isso? O que as Centrais Sindicais, os Sindicatos urbanos e rurais, públicos e privados, Associações de moradores, profissionais, estudantes, Organizações não governamentais, entre tantas, vêm propondo para resistir a esta tempestade? Aparentemente muito pouco. A grande descrença da sociedade leva à apatia. A desilusão e a frustração com os políticos, partidos e centrais sindicais frente aos acontecimentos dos últimos anos levaram à descrença geral. A dificuldade de operar neste cenário não tem conseguido sequer reagrupar os diferentes agentes políticos sindicais para caminharem unidos na recuperação do ânimo dos trabalhadores para o enfrentamento necessário. Tentativas esparsas e voluntárias e, muitas vezes oportunistas, têm buscado muito mais marcar diferenças entre os opositores, na busca de estabelecer uma nova hegemonia no campo da chamada esquerda, do que realmente construir um grande bloco democrático em defesa do estado de direito. É hora de nos indignarmos e barrar estas medidas. É hora de unidade.

Não suficiente, neste mês de fevereiro, o Ministério do Trabalho publicou Instrução Normativa que estende ao servidor público o dispositivo da CLT que obriga o recolhimento do Imposto Sindical. Com esta determinação, todo e qualquer servidor público, independentemente de ser filiado a um sindicato, deverá recolher o equivalente a um dia de trabalho por ano ao sindicato de sua base profissional. Tem sido o entendimento de grande parcela dos dirigentes dos sindicatos comprometidos com as lutas dos trabalhadores, a posição contrária ao Imposto Sindical. Esta posição é compartilhada pela direção da ADUFRGS-Sindical. Este assunto será tema da próxima edição da Adverso.

ADUFRGS-Sindical, o seu sindicato

Eduardo Rolim de Oliveira
Presidente PROIFES-Federação

“Só a mobilização pode barrar a reforma da previdência”

Por Araldo Neto

Depois de mais de 10 anos de negociação com o governo federal, o PROIFES-Federação, entidade a qual a ADUFRGS-Sindical está vinculada, inicia 2017 clamando os docentes para um ano de muita luta. Em um cenário de desmonte das instituições federais de ensino, o presidente do PROIFES-Federação, professor Eduardo Rolim de Oliveira, acredita que só a mobilização dos educadores pode reduzir o impacto da PEC 55, da extinção de direitos trabalhistas e da Reforma da Previdência. Em janeiro, os professores receberam 5% de reajuste salarial, correspondente à segunda parcela do acordo de 2015. Agora, a entidade quer assegurar o cumprimento dos demais itens do acordo e negociar com o Governo Temer a reposição das perdas salariais dos últimos dois anos. Em entrevista à Revista Adverso, Rolim analisa o acordo assinado em 2015 e fala das expectativas com relação ao futuro da categoria que representa. Confira:



Fábio Alves/ADUFG

Adverso – Em janeiro, o salário dos professores das instituições federais de ensino foi reajustado em 5%, reflexo do acordo de 2015. Que mensagem pode ser passada aos docentes com relação a este reajuste?

Eduardo Rolim – A parcela paga em janeiro é importante, porque soma, no período, 10,8% de reajuste. Ainda que este percentual não reponha, plenamente, a inflação calculada pelo Dieese (14,1%) e nem a inflação projetada para 2017, os aumentos que conquistamos no período anterior, entre 2012 e 2015, de certa forma, compensam as perdas atuais. A reestruturação da carreira foi superimportante, porque cumpriu seu objetivo primeiro, que é reorganizar a malha salarial, e também garantiu um impacto salarial positivo para a maior parte da categoria. Por tudo isso, é importante os professores entenderem o contexto em que iremos atuar daqui para frente e que, sob o efeito do congelamento de todos os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, ainda estamos em uma situação razoável.

Adverso – Com base no acordo, como se dará a reestruturação da carreira? Quais outros pontos do acordo já foram implementados?

Rolim – Em linhas gerais, o acordo tinha duas partes: salários e reestruturação de carreira. Esses pontos estão sendo cumpridos integralmente. Em janeiro, foi paga a segunda parcela do

reajuste: 5% linear no vencimento básico na retribuição de titulação. Somado ao que foi pago em agosto de 2016, o reajuste chega a 10,8%. A reestruturação de carreira, por sua vez, acontecerá em três etapas: agosto de 2017, 2018 e 2019. Ao final, teremos uma diferença constante entre os níveis (steps). Ainda não é como nós

A reestruturação da carreira foi superimportante, porque cumpriu seu objetivo primeiro, que é reorganizar a malha salarial, e também garantiu um impacto salarial positivo para a maior parte da categoria.

queríamos, de 5% entre todos os níveis e 10% entre as classes, mas já passam a ser proporcionais. A nova tabela estabelece valores que vão de 5,5% a 4,5% entre níveis e de 10% a 25% entre classes. A retribuição de titulação, dividida pelo vencimento básico, também passa a ser homogênea. Assim, a partir do professor graduado de 20 horas, vamos poder gerar toda a tabela a partir de uma conta simples. Isso é uma parte importante que irá acontecer nestes três anos. Para minimizar o impacto financeiro, a reestruturação foi dividida em três etapas, e ficará concluída em agosto de 2019. As questões referentes a salário e carreira são uma

parte do acordo que está sendo cumprido. Fazem parte da lei 13.325/2016, como a retroatividade das progressões e promoções, que, aqui, no caso da UFRGS, já estão vigorando, mas em outras universidades do Brasil ainda não. A mudança do regime de trabalho, que também é uma mudança prevista na lei, pode ocorrer durante o estágio probatório, além de outros pequenos ajustes para a reestruturação da carreira.

Adverso – Há alguma pendência do acordo?

Rolim – O que não foi cumprido até agora é a mudança do decreto presidencial 1.590/1995, que isentaria de controle de frequência os professores do EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico). Essa é a cláusula quinta do acordo, que previa que os professores do EBTT passassem a ter a isenção do controle de frequência. O decreto presidencial de 1995, que foi mudado em 1996, para incluir os professores do MS, diz que os professores, em função da natureza especial do seu trabalho, têm dispensa do controle de frequência. O pessoal do EBTT é obrigado a bater ponto, porque a carreira surgiu depois de 1996. No acordo, nós conseguimos garantia de que estes docentes seriam incluídos no decreto, o que não aconteceu até agora. Outra cláusula que não foi cumprida é a que prevê a criação de um Grupo de Trabalho para tratar de vários temas, como a possibilidade de enquadramento dos professores aposentados

adjuntos na classe associado, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para professores aposentados, programas de qualificação, adicional de difícil lotação, uma nova discussão sobre auxílio transporte, entre outros. Esse grupo de trabalho fez duas ou três reuniões no ano passado, mas com o impeachment da presidente Dilma, tudo parou.

Adverso – O que é possível esperar das negociações salariais com o Governo Temer?

Rolim – Somos uma entidade muito séria. Vamos cumprir o acordo que assinamos. Ele previa reajuste para janeiro deste ano, que acaba de ser concedido. Agora, iremos reivindicar reajustes para 2018 e 2019, período de implantação da reestruturação da carreira. Para esses dois anos, os PROIFES vai pedir a reposição integral da inflação de março de 2015 (data do último acordo) até 2018. Numa projeção, considerando a diferença do Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese do período entre março de 2015 a dezembro de 2016 e imaginando uma inflação de 5,35%, em 2017, como prevê o boletim Focus do Banco Central, nossa perda salarial acumulada seria de 20,22% ou 8,5%, se descontarmos o que já foi reajustado. Esse é o pleito aprovado no Encontro do PROIFES para 2018. Para 2019, teríamos que levar em consideração a inflação de 2018. Eu não sei qual é a metodologia de negociação que esse governo vai ter, se é que vai ter alguma. Se vai discutir reajuste

Somos uma entidade muito séria. Vamos cumprir o acordo que assinamos. Ele previa reajuste para janeiro deste ano, que acaba de ser concedido. Agora, iremos reivindicar reajustes para 2018 e 2019, período de implantação da reestruturação da carreira.

para períodos maiores ou um ano só. Até porque agora tem o problema da Emenda Constitucional 95 (ex-PEC 55), que limita os gastos públicos por 20 anos, apenas repondo a inflação do período anterior. É bom lembrar que a Educação será enquadrada neste critério apenas em 2018. Obviamente, serão condicionantes que irão atrapalhar o processo. De qualquer maneira, é isso que iremos levar para a mesa de negociação, e é o que vamos levar para as nossas assembleias discutirem. Queremos, ainda, uma valorização de mais 5% da dedicação exclusiva. Esta reivindi-

cação também foi aprovada no Encontro do PROIFES do ano passado, além de uma série de outras questões relacionadas à mobilidade acadêmica e outros itens referentes à reestruturação da carreira. E defendemos que, a partir de 2020, o processo de reestruturação de carreira tenha continuidade, porque achamos que ainda precisa de aprimoramentos.

Adverso – As reivindicações dos docentes têm viabilidade no atual cenário econômico?

Rolim – Vivemos uma crise de investimento e não concordamos com a ideia de congelar todos os gastos sociais, porque a conta da crise não pode ser paga pelos trabalhadores. O governo de Dilma Rousseff, que foi eleito pela população, tinha uma política de reajustes dos ganhos sociais. Nós vamos continuar cobrando que estas políticas sejam aplicadas. O piso nacional dos professores acabou de ser reajustado em 7,64% e as aposentadorias em 6,53%, que foi o IPCA do ano passado. Nós estamos trabalhando com um índice que não está fechado, mas que é absolutamente plausível dentro do atual ambiente econômico. É importante lembrar, neste sentido, que a folha de pagamento dos servidores públicos da União está muito abaixo do que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Governo Temer diz que não pode alterar a relação folha x PIB. O Governo Dilma já fazia isso, mas nós não achamos que esse seja o critério correto. A Lei de

Responsabilidade Fiscal diz que os gastos com servidores podem ir até 50% do PIB. Hoje, eles não chegam a 30%. Então, sim, há margem fiscal suficiente para a valorização dos salários dos servidores. É uma questão de prioridade. Nós achamos que a crise tem que ser resolvida com investimento público. Com desenvolvimento e crescimento econômico, como aconteceu de 2006 a 2012. Este é o caminho que deve ser seguido pelo governo. O caminho da austeridade, na realidade, não resolve os problemas do País. O que estas políticas fazem é abrir espaço para a privatização, para a entrega dos bens públicos para a iniciativa privada, o que, na nossa opinião, não é o melhor caminho.

Adverso – Do ponto de vista das negociações com o governo, o que muda com a aprovação da Emenda Constitucional 95 (ex-PEC 55)?

Rolim – A Emenda Constitucional 95 diz que o gasto público de um ano levará em conta o gasto do ano anterior, mais o IPCA do período. Isso significa que os recursos destinados ao pagamento da despesa global da União não terão nenhuma relação com a arrecadação. Exemplo: se a arrecadação estiver caindo, o limite não vai cair na prática, porque será o do ano anterior mais a inflação. Agora, e se o crescimento econômico for retomado? A arrecadação federal vai aumentar e os gastos não. O que vai ser feito com esse dinheiro excedente? Ele será usado em áreas que não foram atingidas



Fábio Alves/ADUFG

Vivemos uma crise de investimento e não concordamos com a ideia de congelar todos os gastos sociais, porque a conta da crise não pode ser paga pelos trabalhadores. O governo de Dilma Rousseff, que foi eleito pela população, tinha uma política de reajustes dos ganhos sociais. Nós vamos continuar cobrando que estas políticas sejam aplicadas.

pela PEC, como o pagamento de juros, repasses para alguns Estados e programas da relação entre Estados e União. Na prática, o Governo terá discricionariedade para usar o dinheiro excedente onde quiser, ou seja, não no pagamento das despesas sociais, mas sim no pagamento de juros para o mercado financeiro. O grande problema é esse: o descompasso entre o dinheiro arrecadado pela União e o que vai ser gasto, e onde vai ser gasto. Os críticos dos governos anteriores dizem que o gasto público aumentou nos últimos anos, e é verdade, mas ele aumentou acompanhado pelo aumento da receita. A única exceção foi o período da crise de 2015/ 2016, quando houve uma inversão da curva de

crescimento. Então, não houve nenhum grande descompasso entre a receita e a despesa. A partir de agora, o Governo poderá escolher onde quer gastar. Sabemos que a demanda social vai aumentar, porque a população vai aumentar, e vai exigir mais investimentos em educação, saúde, segurança. E como o Governo pretende resolver isso? Só tem um jeito: é via privatização. Esse é o cenário que está colocado.

Adverso – E como o PROIFES vai negociar neste cenário?

Rolim – Nós entendemos que a expansão do sistema universitário precisa continuar, assim como o processo de reestruturação da carreira e a valorização dos salários. O que vai garantir que isso

ocorra é a mobilização que teremos na rua. Não achamos que será fácil, muito ao contrário. O Governo Temer está demonstrando, reiteradamente, que não tem nenhuma preocupação com a área social. Diversos programas já foram desmontados, nas áreas da habitação, da saúde, da educação... Nós vamos precisar de muita mobilização, muita luta, a começar pela reforma da Previdência. Como vai ser na prática, a gente vai ver. O limite para educação não está fixado. Ele será fixado a partir de 2018, com o orçamento de 2017, que, por sinal, é menor que o de 2016, que é menor que o de 2015. Se comparar com 2014, último ano do primeiro mandato de Dilma, a redução dos investimentos nesta área será muito grande. Calculamos que os recursos para a educação chegam a 6,3% do PIB, enquanto o Plano Nacional de Educação (PNE) fixa uma meta de 10%. Nas projeções que podemos fazer agora, em 2023, quando vencer o PNE, o investimento público com educação terá caído para algo em torno de 4,5% do PIB, o mesmo que tínhamos no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Adverso – Existe alguma possibilidade de assegurar as metas do PNE?

Rolim - A situação é crítica e difícil. Precisaremos de muita luta para reverter isso. É importante lembrar que a PEC não estabeleceu teto, mas piso para a educação. O problema é que, no marco da Emenda Constitucional 95,

O caminho da austeridade, na realidade, não resolve os problemas do País. O que estas políticas fazem é abrir espaço para a privatização, para a entrega dos bens públicos para a iniciativa privada, o que, na nossa opinião, não é o melhor caminho.

para investir numa área é preciso retirar recursos de outra. Aí nós vamos ver se, efetivamente, a educação é prioridade, como, aliás, disse o senador Cristovão Buarque, para justificar o seu voto a favor da PEC. É no “espírito da lei”, que ele acredita. Eu, não tanto.

Adverso – A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) aprovou, em Congresso, deflagração de greve, a partir de março, contra a Reforma da Previdência e pelo cumprimento da lei do

piso nacional para professores. Quais as estratégias que o PROIFES poderá adotar em 2017?

Eduardo Rolim – A greve que a CNTE está prevendo para 15 de março foi aprovada em janeiro. Ela tem como eixos de inflexões principais a questão do piso, que não é pago pela maioria dos Estados e pela imensa maioria dos Municípios. Garantir o piso é um ponto extremamente importante para a CNTE. Eles também colocam questões relacionadas à reforma da Previdência, como o fim da aposentadoria especial para professores do ensino básico e o fim da diferença de idade entre homens e mulheres, o que, no caso deles, também é muito importante, à medida que a imensa maioria dos professores do ensino básico é formada por mulheres. Então, eles têm reivindicações específicas da categoria que representam. Para nós, a questão salarial não tem centralidade, porque já está resolvida para esse ano. Pode ser um componente de mobilização, mas a nossa prioridade será a Reforma da Previdência, que, se depender do governo, será votada a toque de caixa. Eu não quero fazer previsões sobre se faremos greve ou não. Pessoalmente, gostaria que fôssemos capazes de barrar a reforma da previdência por meio da mobilização. Porém, todos os caminhos serão necessários e possíveis para que a gente atinja o objetivo central, que é impedir o desmonte da Previdência Social. ■

Sartori extingue nove fundações gaúchas

CONHECIMENTO INTERROMPIDO

Presente de grego pode comprometer imagem da UFRGS junto à comunidade científica internacional

Extinção de nove fundações estaduais, que tinham parcerias com docentes e corpos técnicos de instituições gaúchas, pode comprometer trabalhos de pesquisa, orientação e extensão de universidades como a UFRGS, a ponto de gerar descrédito junto à comunidade científica internacional.

Por Adriana Lampert



O ano de 2017 começa com perplexidade para cientistas das universidades gaúchas que realizam projetos de pesquisa, orientação e extensão em parceria com as fundações extintas pelo governo Sartori na véspera do Natal. Um verdadeiro presente de grego, que vai interromper a geração de conhecimento aferida nas últimas décadas. Exemplo disso é a parceria na atividade de extensão mais marcante entre os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Instituto de Biociências da UFRGS, sobre a diversidade biológica do Rio Grande do Sul. O trabalho conjunto dos técnicos da Fundação Zoobotânica (FZB) do Estado com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), que analisou as espécies ameaçadas de extinção para o inventário de peixes de água doce do Rio Grande do Sul (publicado em 2016 na revista internacional *Zootaxa*), contou com ampla participação de docentes do Instituto de Biociências da Ufrgs e de outras universidades e centros de pesquisa do Estado. E há muito que o corpo técnico da FZB – que é altamente especializado – participa de projetos de pesquisa, orientação e extensão da Universidade.

Pesquisadores doutores em diversas áreas do conhecimento, principalmente em Zoologia, incluindo Aracnologia e Entomologia, são colaboradores

convidados do Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal da UFRGS. Eles orientam alunos, nos níveis de doutorado e mestrado, em pesquisas desenvolvidas com acervos das coleções científicas do Museu de Ciências Naturais (MCN) da própria FZB e de outros museus. Uma das funções mais importantes da Fundação Zoobotânica e do Museu de Ciências Naturais é justamente a formação e preservação de um acervo de coleções científicas, que são fontes permanentes de informação sobre diversidade biológica, utilizadas de forma universal, ainda que pouco divulgadas para o público.

O conhecimento produzido com base neste material envolve desde o inventário até o reconhecimento de espécies de importância econômica (como identificação e descrição de espécies de peixes próprios para aquicultura ou pesca esportiva), agrícola (identificação e descrição de espécies de insetos-praga, insetos transmissores de doenças ou insetos para o controle biológico de pragas) e de saúde pública (identificação e descrição de animais peçonhentos existentes no Estado e coleta de veneno), entre outros.

“São cerca de 600 mil lotes ou espécimes catalogados”, calcula o professor do Departamento de Zoologia da UFRGS, Luiz Roberto Malabarba. “A perda ou indisponibilização deste acervo abre uma



Site FZB

lacuna não somente para a Universidade, mas para a comunidade científica internacional, que trabalha em biodiversidade”, explica o docente. Fato é que as inúmeras atividades desta instituição, antes distribuídas em diversas frentes, ficarão, agora, limitadas a um departamento da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul.

“Com isso, o governo simplesmente trai a confiança de todos os pesquisadores que, ao longo de décadas, depositaram o material testemunho de suas pesquisas e os exemplares das novas espécies nas coleções científicas da FZB”, critica Malabarba. Na opinião dele, o cenário é “trágico”, e não apenas para o Instituto de Biociências. “Se concretizada, a extinção da FZB corresponderá ao maior golpe à credibilidade científica gaúcha frente à comunidade científica internacional nas áreas de pesquisa relacionada à biodiversidade. Irá afetar, severamente, a confiança de pesquisadores do Brasil e do mundo inteiro no trabalho desenvolvido aqui”, observa o professor, que coordena, entre outras atividades, as pesquisas em Ictiologia na Universidade.

Para Malabarba, sempre que um governo demonstra falta de compromisso com seus acervos científicos, toda a comunidade regional torna-se objeto “de uma desconfiança generalizada, difícil de recuperar, quanto à sua capacidade de preservar eternamente espécimes insubstituíveis”. Embora já tenha havido manifestações de vários pesquisadores, sociedades científicas, institutos de pesquisa e outros órgãos contrários à extinção da FZB, “como explicar à comunidade internacional a incapacidade da sociedade gaúcha de reverter este processo?”, questiona. “Se os pesquisadores e instituições de pesquisa locais não têm capacidade de demonstrar ao governo a necessidade imperativa de conservar material insubstituível e de valor científico inestimável, como poderemos convencer outros pesquisadores no País e no exterior de nossa capacidade de garantir a preser-



Luiz Roberto Malabarba

Sempre que um governo demonstra falta de compromisso com seus acervos científicos, toda a comunidade regional torna-se objeto “de uma desconfiança generalizada, difícil de recuperar, quanto à sua capacidade de preservar eternamente espécimes insubstituíveis.

vação de nossos próprios acervos?”, completa.

O especialista do IB destaca que não há qualquer coerência na proposta de extinção de uma Fundação como a Zoobotânica, principalmente no que refere à determinação, prevista na lei, de demissão de todo o corpo técnico da Instituição. Atualmente, a FZB conta com 24 analistas biólogos curadores, altamente especializados, selecionados por concurso público para cada área de atuação. “Este corpo técnico é enxuto e não pode ser substituído por pessoas sem qualificação, sob a pena de perda ou indisponibilização do acervo, por incapacidade técnica”, reforça Malabarba.

Além disso, as coleções científicas e de exposição do MCN ocupam cerca de 1,3 mil metros quadrados em 15 salas climatizadas. “Nenhuma instituição no Estado possui um corpo técnico especializado para garantir o acondicionamento adequado e a manutenção de todo este acervo”, observa o professor. A FZB é fiel depositária de amostras biológicas, que não podem ser comercializadas ou utilizadas como moeda em algum tipo de transação. Malabarba avalia que, aparentemente, a proposta do governo Sartori, aprovada pelos deputados gaúchos, demonstra um total desconhecimento das consequências deste ato, tanto por parte daqueles envolvidos na sua elaboração quanto dos responsáveis pela sua aprovação.

Saiba mais sobre a Fundação Zoobotânica

A FZB tem sido um órgão de pesquisa atuante no estudo de diversidade biológica nas áreas de Botânica, Paleontologia e Zoologia, em especial do estado do Rio Grande do Sul, desde a fundação de seu Museu de Ciências Naturais. As informações produzidas por seus pesquisadores e as coleções biológicas mantidas por eles são essenciais para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no Estado do Rio Grande do Sul.

A expressão “Desenvolvimento Sustentável” virou palavra de ordem nos discursos políticos, mas este uso é falacioso e a sua implementação é impossível, caso não haja pesquisa e difusão do conhecimento acerca de quais são as espécies existentes, onde elas ocorrem, quais são seus ambientes preferenciais, quais são as ameaças à sua existência e de como a supressão de áreas ou eliminação de algumas espécies pode impactar os serviços prestados pelos ecossistemas do estado. Este é o papel da FZB.

Ainda que a pesquisa em Biodiversidade seja feita nas maiores universidades do Estado, existem algumas funções que são atribuições da Fundação e que não podem ser substituídas por outros órgãos. Entre estas, incluem-se análises ambientais feitas pelo corpo técnico, e que dão respaldo técnico qualificado

para a tomada de decisões dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito das questões ambientais. “Não há outro órgão do Estado com capacidade de assimilar essas funções”, garante o ictiólogo Luiz Roberto Malabarba. Segundo o especialista, professor da UFRGS, a falta da FZB ocasionará a perda da autonomia e qualidade técnicas, da isenção, da idoneidade e do compromisso público dos serviços prestados pela Fundação. Além disso, os técnicos da FZB coordenam e atuam na elaboração das listas de espécies da fauna e flora ameaçadas no Estado do Rio Grande do Sul.

As coleções do Museu de Ciências Naturais incluem quase 3 mil tipos, que correspondem aos exemplares utilizados nas descrições originais de espécies dos mais variados organismos, incluindo plantas, animais e organismos fósseis. Estes tipos são espécimes únicos, insubstituíveis, pois cada um deles representa uma espécie existente. Qualquer pesquisador precisa examinar o tipo de uma espécie sempre que houver dúvidas sobre a sua identidade. Como a FZB concentra um maior número de tipos de espécies descritas do Rio Grande do Sul, a extinção deste acervo representa uma grave perda para o conhecimento da diversidade biológica do Estado.



Extinção da FEE abre lacuna no levantamento de informações sobre RS

O valor do conhecimento desenvolvido pelas fundações estaduais parece não ter sido considerado pelos idealizadores do “pacotão” de José Sartori. “Quanto vale o conhecimento que nós produzimos?”, indagou o economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Thomas Fiori. Ele participou de um seminário promovido pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa e de Fundações Estaduais do RS (Semapi), em dezembro. No evento, que reuniu centenas de servidores de fundações, ele observou: “O fato de estarmos trocando recursos de pesquisa científica por vagas em presídios diz muito sobre a situação atual da sociedade gaúcha”. Fiori também lembrou que, com a extinção da FEE, ocorrerá o desmantelamento de um trabalho estatístico que trata da história econômica do Rio Grande do Sul desde o século 19.

O professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Pedro Cezar Dutra Fonseca, explica que as pesquisas realizadas pela FEE são utilizadas não somente em trabalhos de pesquisa da Academia, mas também como conteúdo para sala de aula. Órgão especializado em levantar dados econômicos do Rio Grande do Sul, a FEE, assim como as fundações existentes nos principais estados brasileiros, possui um corpo técnico de alto nível, que realiza estatísticas sócio-econômicas e análise de dados de produção, de emprego e desemprego, de desempenho da agricultura e suas safras, das exportações, de dados demográficos, do comércio e dos serviços, da atuação de empresas instaladas, entre muitos outros referentes ao desempenho do Estado.

“Utilizamos estes dados, e também temos muitos alunos que fazem estágios na FEE, enquanto técnicos da Fundação fazem mestrado e doutorado na Universidade, inclusive realizando trabalhos com foco no Rio Grande do Sul”, conta Fonseca. “Sempre existiu uma interação acadêmica muito forte, com reciprocidade na formação de recursos humanos.” O fim da



Pedro Cezar Dutra Fonseca

FEE irá abrir uma lacuna imensa no levantamento de informações sobre o Rio Grande do Sul, já que há dados que cabe ao Estado apurar. “Precisamos de séries históricas longas, como o acompanhamento do PIB (produto interno bruto), cuja metodologia não pode ser alterada de quatro em quatro anos, quando muda um governo, nem por consultorias, e muito menos por empresas que tenham interesses nestes dados”, alerta Fonseca.

Para o docente da Faculdade de Ciências Econômicas, a respeitabilidade e credibilidade dos dados passam por estudos continuados, de forma coerente. “O maior problema nesta extinção é que, no Rio Grande do Sul, não se tem nenhum outro órgão de pesquisas socioeconômicas.” Fonseca diz que “não tem ideia” de como superar o impacto que este cenário terá na Universidade. “Vai diminuir enormemente o conteúdo e os estudos sobre o desempenho socioeconômico do Rio Grande do Sul. Isso significa que, sem dados, não haverá possibilidade de análises que apontem para alternativas, em casos onde algo deve ser ajustado, por exemplo.”

Fonseca considera “um absurdo” extinguir um órgão que contribui com dados que norteiam o desenvolvimento da economia. “Se o Estado está com problemas sérios justamente em suas finanças, e com indicadores sociais caindo, o que mais se precisa, neste momento, é de instituições de pesquisas que viabilizassem alternativas de crescimento”, opina.

A professora de Química da UFRGS, Dirce Pozebon, concorda que extinguir fundações foi um ato totalmente incoerente. “As despesas do governo com

a CIENTEC, por exemplo, são da ordem de R\$ 10 a 14 milhões/ano”, informa, e cerca de 50% do que é gasto, inclusive com o pagamento de pessoal, é arrecadado pela própria Instituição, por meio de consultorias e prestação de serviços. “A economia feita com a extinção desta Fundação, portanto, não fará diferença para os cofres do Rio Grande do Sul. No meu ponto de vista, a motivação não é financeira, mas sim especulativa: imobiliária, política etc.”, completa a docente.

Dirce lembra que, além de pesquisas sobre aproveitamento de cinzas de carvão e casca de arroz, a CIENTEC também atua na fiscalização e controle de qualidade de materiais e alimentos adquiridos pelo governo gaúcho. “Se o serviço passar a ser feito por empresas privadas, quem garante que haverá isenção na fiscalização e controle?”, pergunta. Por outro lado, ela destaca a confiança do setor empresarial no trabalho prestado pela Instituição, em seus 25 laboratórios credenciados junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMetro).

Fotos: www.emdefesadafee.com.br



O casarão histórico da Duque de Caxias, sede da FEE, recebeu um abraço simbólico no dia em que a Assembleia votou sua extinção.

A FEE

NÃO PODE
SER EXTINTA!

SEM API

TR

SE

SERVIÇO

Com extinção da CIENTEC, UFRGS perde instituição parceira para pesquisa

Entre as instituições que serão extintas pelo governo Sartori, a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) possui um histórico vasto de colaboração com universidades no desenvolvimento de pesquisas, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado, principalmente na área de energia. “Pela soma de competências e infraestruturas complementares, a CIENTEC contribui para que as pesquisas e a formação dos recursos humanos possam ser otimizados, de forma a serem obtidas as melhores respostas”,

defende o gerente de Departamento de Engenharia de Processos da Fundação, Guilherme de Souza.

A CIENTEC teve um papel decisivo no desenvolvimento de programas e projetos na área de biocombustíveis, por exemplo, que permitiram a produção e a comercialização do biodiesel dentro das normas exigidas pela agência regulamentadora. Junto à Academia, há mais de uma década, o Departamento de Engenharia de Processos da CIENTEC tem colaboração permanente com o Instituto de Química (IQ) da UFRGS no desenvolvimento de pesquisas associadas ao melhoramento de produto e de processos catalíticos para síntese do biodiesel. Além dos resultados destes trabalhos, o corpo docente envolvido com a Fundação propõe novas rotas de produção, novos insumos e produtos, além da publicação de trabalhos e organização de eventos, que resultaram na formação de mestres e doutores qualificados para atuarem no setor. Outras pesquisas dedicadas ao tema são conduzidas em mais universidades parceiras, como a PUC-RS e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Na área de biotecnologia, a CIENTEC é parceira em pesquisas desenvolvidas com a Agronomia e Biotecnologia. “Há o exemplo recente de uma pesquisa voltada para o desenvolvimento de um novo produto em nanotecnologia, para uso agrícola, que foi conduzido pela UFRGS e uma empresa incubada da CIENTEC”, informa Souza. Ele destaca que, na área de combustíveis sólidos, existem colaborações históricas no que se refere à valorização do carvão mineral. Segundo o gerente de Departamento da Fundação, através da Rede Carvão, liderada pelo professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais (PPGE3M) da UFRGS, Carlos Hoffmann Sampaio, o Departamento de Engenharia de Processos da CIENTEC construiu uma nova planta-piloto de pesquisa em escala intermediária, usando tecnologias mais modernas, para obtenção de energia pela combustão de carvão, chamada de leito fluidizado circulante.

Guilherme de Souza: Estado compromete sua competitividade e potencial de inovação.



Arquivo Pessoal



Funcionários da CIENTEC e de outras fundações estaduais se unem em ato contra extinção.

“A planta da CIENTEC é a única no País onde são desenvolvidos estes estudos, nesta escala. Também existem outras plantas de pesquisa, que permitem aprofundar, através de unidades em escala mais próxima da industrial, estudos que visem tornar mais sustentável a exploração deste recurso abundante no Estado”, explica Souza. Um dos projetos conjuntos, conduzido em parceria com o professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química (PPGEQ) da UFRGS, Nilson Romeu Marcilio, permitiu o condicionamento de uma planta-piloto para pesquisa do processo de gaseificação de carvão e outros combustíveis. A importância deste processo é que ele permite a produção de químicos como metanol, gás natural sintético e fertilizantes.

“Há mestrados e doutorandos destes programas de pós-graduação da Escola de Engenharia da UFRGS, que desenvolveram ou ainda estão desenvolvendo suas pesquisas dedicadas ao tema, que abarcam a cadeia como um todo. Porém, sempre com o viés de torná-los mais sustentáveis econômica e ambientalmente”, conta o gerente da CIENTEC. Um exemplo é o desenvolvimento de tecnologias para uso das cinzas, os principais resíduos dos processos, para produção de zeólitas e artefatos para a construção civil. A preocupação da professora é que “um grande número de alunos de Química fazem estágio de conclusão de curso na CIENTEC. Além disso,

vários alunos egressos hoje são funcionários da Fundação”.

Docentes dos programas de pós-graduação da UFRGS participam de pesquisas voltadas aos processos relacionados ao carvão e seus resíduos, em colaborações com o Instituto de Química e a Pós-Graduação em Engenharia Civil. E outras pesquisas nas áreas de eletroeletrônica, engenharia civil, alimentos e geotecnia fazem parte do portfólio de soluções tecnológicas que a CIENTEC desenvolve junto com a Academia.

O desdobramento destas pesquisas conjuntas é que muitos alunos de pós-graduação de diferentes programas da UFRGS acabam desenvolvendo, parcial ou integralmente, seus trabalhos de pós-graduação na CIENTEC. Além de disponibilizar os seus laboratórios, Souza entende que o convívio com pesquisadores e assistentes técnicos é outra contribuição importante da Fundação na formação acadêmica e profissional dos alunos.

Outra contribuição da CIENTEC à Universidade, ainda que indiretamente, é o auxílio na geração de recursos humanos qualificados, de forma complementar, à formação acadêmica. No Programa de Bolsas Institucionais (iniciação científica), fomentado pela FAPERGS, a Fundação recebe graduandos de diferentes universidades para atuarem como bolsistas em alguns de seus projetos e apoio a atividades que

desenvolve. A CIENTEC também possui estagiários (em nível médio, técnico e superior) em seus nove departamentos ligados à produção e na área administrativa. “São centenas de alunos que realizaram estágios curriculares na CIENTEC nas últimas décadas, muitos vinculados à UFRGS. Muitos seguiram a sua formação acadêmica e hoje são docentes desta e de outras universidades”, relata Guilherme de Souza.

Com a sanção do PL 246/2016 pelo governador Ivo Sartori, a extinção da CIENTEC foi autorizada e, se depender da vontade do Executivo, vai ocorrer em até 180 dias, contados a partir de dezembro.

Caso seja concretizada, todas essas colaborações, construídas ao longo de muitos anos – e no que tange

à UFRGS, remonta à própria origem do Instituto Tecnológico de Pesquisa do Rio Grande do Sul (ITERS), sucedido pela CIENTEC – serão perdidas. “À parte do prejuízo em termos de infraestrutura e patrimônio material da Fundação, da formação complementar de recursos humanos e de resultados promissores das pesquisas atualmente conduzidas, individualmente ou em parceria com a UFRGS e outras instituições, abdicar do seu capital intelectual e organizacional se constitui em um equívoco irreparável com sérias consequências para o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul, na medida em que compromete a sua competitividade e potencial de inovação”, opina o gerente do Departamento de Engenharia de Processos da Fundação.

Ex-deputado diz como economizar R\$ 120 milhões sem destruir o futuro do RS

O governo Sartori argumenta que a extinção de nove fundações estaduais vai gerar uma economia de R\$ 120 milhões ao ano para os cofres do Estado. “Frente ao salário mínimo ou à economia caseira da ‘nona’ pode parecer muito”, ironizou o professor de História, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-deputado estadual Raul Pont, em artigo publicado no portal de notícias Sul 21. Devidamente dimensionada, porém, a conclusão é que este montante não passa de 0,2% do Orçamento do Estado, que é de mais de R\$ 50 bilhões. Comparativamente, Pont mostra que o governo gaúcho gasta, anualmente, R\$ 80 milhões somente com auxílio-moradia para o Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. E é exatamente no Judiciário, ressalta, “que estão os maiores salários do Estado. No Executivo, onde estão os menores salários, não há auxílio-moradia”. Se for somado a outros benefícios pagos a desembargadores, promotores e juízes, como auxílio-refeição, auxílio-condução e auxílio-creche, lá se vão dezenas de milhões de reais.

Pont é autor de um projeto, aprovado na Assembleia e sancionado pelo próprio governador Sartori, que condicionava o pagamento do auxílio moradia à aprovação de lei específica. Porém, a medida foi

considerada “inconstitucional” por uma desembargadora que, “em flagrante benefício próprio”, concedeu liminar suspendendo o seu efeito. “Um verdadeiro absurdo!”, critica o ex-parlamentar, que considera o auxílio-moradia “escandaloso, imoral e ilegal”, porque não tem lei que o sustente. Outra medida que Pont defende é a extinção do Tribunal de Justiça Militar, “órgão completamente desnecessário e que poderia ser substituído por uma vara especializada”, justifica. “Apenas com estas duas iniciativas, o Estado faria a mesma economia que pretende obter com a extinção de nove fundações estaduais.”

E se ainda faltar algum recurso, ele sugere que o governador Sartori peça à sua base de apoio na Assembleia Legislativa “a extinção da Previdência Especial dos deputados, criada em 2014, pelas bancadas do PMDB, PSDB, PP e PTB”. Sobre isso, Pont lembra que o procurador geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, ao encaminhar ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, de autoria da OAB, considerou que, além de inconstitucional, a Previdência Especial dos deputados “é imoral”, pelo explícito benefício próprio dos autores, que, desde 1990, são abrigados pelo INSS.

Entenda o que faz cada instituição

■ Fundação Piratini



1974 - Data da fundação da TVE (em parceria com a PUC/RS).

1985 - Torna-se responsável pela operação de estações transmissoras e retransmissoras de conteúdo educacional por ondas de rádio.

1987 - Desvinculada da Universidade, passa a fazer parte da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto.

1989 - É inaugurada a FM Cultura de Porto Alegre.

Atividades:

- Desenvolve atividades de rádio e televisão educativos. Em parceria com a UFRGS, a TVE e a FM Cultura realizaram diversas coberturas de eventos no Salão de Atos da Universidade, a exemplo do projeto Unimúsica.

- O sinal da TVE chega a mais de 6,5 milhões de telespectadores, por meio das suas 40 antenas repetidoras e sua geradora, localizada em Porto Alegre. A TVE é a segunda maior emissora de televisão do Rio Grande do Sul.

- A FM Cultura, dedicada à música erudita, popular brasileira e internacional, chega a atingir mais de 3 milhões de ouvintes.



■ Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

1972 - Data da fundação da FDRH.

Atividade:

- Atua no desenvolvimento dos recursos humanos por meio de estudos e pesquisas, com o objetivo de criar programas de treinamento nas áreas de administração de concursos públicos, gestão de estágios e formação e assessoramento organizacional.

■ Fundação Zoobotânica



1972 - Data da fundação da FZB.

Atividades:

- Administra o Museu de Ciências Naturais, o Jardim Botânico e o Zoológico de Sapucaia do Sul.

- Monitora as espécies em extinção no Estado.

- É a única a fornecer veneno de serpentes para produção de soro antiofídico no Sul do Brasil.



Fundação de Ciência e Tecnologia

1942 - Data da fundação da CIENTEC.

Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado.

Atividades:

- Presta serviços tecnológicos para empresas públicas e privadas, órgãos públicos, associações, entidades e pessoas físicas, através da realização de ensaios, calibrações, consultorias, inspeções, pesquisa, desenvolvimento, extensão e informação tecnológica.

- Por meio de projetos de pesquisa e desenvolvimento, a Fundação estuda e cria novos processos ou produtos de interesse da sociedade e da indústria local, ou que sejam estratégicos para o País, nas áreas de alimentos, engenharia de edificações, materiais de construção civil, engenharia eletroeletrônica, tecnologia metal-mecânica, engenharia de processos, química e geotecnia.

Fundação de Economia e Estatística



1973 – Data da fundação da FEE.

Atividade:

- Instituição de pesquisa, vinculada à Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.
- É a maior fonte de dados estatísticos sobre o Rio Grande do Sul.
- Dispõe de acervo de informações, pesquisas e documentos de natureza socioeconômica, com publicações impressas e online.

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan)



Nas áreas de atuação da Metroplan estão localizados cerca de 5,4 milhões de habitantes (51% da população gaúcha).

Atividades:

- É responsável pela elaboração e coordenação de planos, programas e projetos do desenvolvimento regional e urbano do Rio Grande do Sul.
- Atua no planejamento, coordenação, fiscalização e gestão do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros.
- Faz o gerenciamento do Transporte Coletivo Intermunicipal nos municípios da Região Metropolitana (34 municípios) e Aglomerações Urbanas (34 municípios).

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde



1994 – Data da fundação da FEPPS.

Vinculada à Secretaria Estadual da Saúde.

Atividades:

- É referência em vigilância epidemiológica e sanitária do SUS no Rio Grande do Sul.
- Produz medicamentos, produtos e serviços relacionados à saúde, com fornecimento prioritário ao SUS.
- Apóia programas de saúde.
- Realiza pesquisa e desenvolvimento.
- Assessoria projetos e proporciona treinamento a estudantes e técnicos.

Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária



1994 – Data da fundação oficial, mas realiza trabalhos de pesquisa desde 1919.

Vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

Atividades:

- Dispõe de centros de pesquisa em 20 municípios do Estado.
- Desenvolve atividades de pesquisa e experimentação relacionadas, direta ou indiretamente, com a agricultura, pecuária, agroindústria e recursos naturais renováveis.
- Realiza estudos sobre as culturas da soja, feijão, milho e cebola, o diagnóstico de doenças infecciosas nos rebanhos, a conservação do solo, o zoneamento agroclimático, preservação dos recursos genéticos, entre outros.
- Sistemas de Produção Vegetal, Sistemas de Produção Animal, Recursos Naturais Renováveis e Clima e Sistemas Integrados são os principais programas de pesquisa da Fepagro, que também trabalha na geração de biodiesel e na área da sanidade animal.
- Nas áreas de ecologia e biologia são estudadas abelhas nativas, polinização de cultivo de importância agrícola e criação, manejo e conservação de abelhas sem ferrão.

Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)



Vinculada à Secretaria de Estado da Cultura.

Atividades:

- Atua na área da pesquisa e divulgação da cultura popular gaúcha.
- É constituída pelo Museu do Som Regional, que disponibiliza um acervo de LPs, CDs e fitas VHS. Também possui o Estúdio Cesar Passarinho, destinado à gravação e digitalização desse acervo e à produção de programas radiofônicos.
- Realiza pesquisa sobre a história e a cultura do Rio Grande do Sul, que serve como subsídio para pesquisadores.

IFRS Campus Osório transforma a vida da comunidade através da Educação



Com o compromisso de atender uma população de mais de 300 mil pessoas nos 23 municípios do litoral norte gaúcho, o IFRS Campus Osório é a única instituição federal da região, que oferece educação gratuita e de qualidade, do ensino médio à pós-graduação. A gradativa ampliação da estrutura física e a abertura de novas vagas, porém, vêm sendo perigosamente ameaçadas pelos seguidos cortes nos recursos destinados à Educação Pública. Com a redução da capacidade de investimento das instituições federais, a direção do Campus aposta em parcerias com as prefeituras para garantir a modernização de seus laboratórios e para ampliar sua área de atuação.

Conforme a Revista Adverso tem mostrado, o contingenciamento de gastos, nos últimos três anos, vem causando forte impacto negativo, especialmente nos institutos federais. No IFRS Campus Osório, a situação não é diferente. Para este ano, o orçamento de R\$ 1,8 milhão é 10% menor do que o de 2016. O diretor Claudino Andrighetto alerta que, se existir qualquer corte neste valor, o Campus terá que buscar auxílio em outra fonte. Em 2016, a instituição já havia sofrido um corte de, aproximadamente, R\$ 400 mil para o custeio. O contingenciamento obrigou a diretoria a restringir viagens técnicas para o curso de Guia de Turismo e diminuir postos de segurança. O Campus terminou o mês de julho também sem verba para comprar merenda para os alunos do ensino médio e modalidades subsequentes. A situação foi contornada por meio de um socorro financeiro da reitoria do IFRS. “É uma situação bem crítica, que vai de encontro às atividades-fim. Alguns currículos incluem as viagens técnicas, e a escassez de dinheiro, ao inviabilizá-las, com certeza afeta a qualidade de ensino”, afirma.

Ao mesmo tempo em que o orçamento é reduzido, ano após ano, os contratos sofrem reajustes e novas demandas surgem, exigindo mais verbas orçamentárias. Neste semestre, por exemplo, a instituição terá o ingresso de alunos surdos, o que requer a contratação de profissionais especializa-

dos. “Para reduzir o impacto desta nova demanda no orçamento, que é bem justo e limitado, teremos que buscar mais recursos com a reitoria”, informa.

Outra dificuldade, que precisa ser superada com criatividade, é a falta de salas de aula para atender todos os cursos. De acordo com Claudino Andrighetto, seriam necessárias 14 salas, mas o Campus conta com apenas nove. A demanda crescente por novos espaços se dá, neste momento, porque as turmas dos cursos de licenciatura ainda não estão integralizadas, ou seja, a cada semestre surgem novas turmas. “Precisamos viabilizar meios para ampliar as estruturas do Campus. Por enquanto, estamos otimizando os espaços que já temos”, afirma. Ainda neste primeiro semestre, um novo bloco deve ser inaugurado, com dependências para uma cantina, salas administrativas e espaço de convivência para os estudantes. A obra, que iniciou em 2013, ficou muito tempo paralisada e só agora foi concluída. O motivo, explica Andrighetto, “foram os conflitos com a empresa vencedora da licitação”, um problema que ocorreu também em outros campi do IFRS. Para finalizar a estrutura, que já estava 90% concluída, a reitoria descentralizou recursos. O diretor prevê que os estudantes terão um enorme ganho com o novo espaço de convivência, uma vez que hoje eles socializam na biblioteca, “que não é o lugar adequado”. De acordo ele, muitos alunos ficam o dia inteiro no



Claudino Andrighetto

Expansão

Campus, com aula pela manhã e atividades de pesquisa à tarde. Embora a unidade não tenha nenhum curso de tempo integral, na prática, os alunos acabam se envolvendo em projetos de pesquisas, extensão e ensino, ou até mesmo estudos orientados.

Objetivo é ampliar atuação da instituição nos outros municípios do litoral norte

Para Andrighetto, o grande desafio é expandir a área de atuação do IFRS Campus Osório na região do litoral norte. O gestor admite que, hoje, grande parte da atuação da instituição está restrita a Osório. “É difícil alcançar os alunos nos outros municípios. Não por oferta de vagas, mas porque não é fácil fazer com que as pessoas venham até o Campus em Osório”, avalia. Uma forma de aproximação tem sido por meio de parcerias com prefeituras para o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada (FIC). Foi o que aconteceu em 2016, com a Prefeitura Municipal de Xangri-Lá. Através de acordo firmado, estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível fundamental daquele município puderam escolher uma das opções de curso oferecidas pelo campus: o de masseri, focado na produção de pães, massas e similares, e o de operador de computador, que se dedica aos conceitos básicos da área de informática, necessários a qualquer atividade profissional. Os cursos profissionalizantes possibilitam que os estudantes agreguem conhecimentos para aplicação no seu cotidiano, ou até mudem de profissão. O único trabalho da prefei-

tura é providenciar o transporte. “É uma parceria que deu certo e que, este ano, vai para a segunda edição. Além de ser importante no sentido de ampliar a inserção do Instituto na região do litoral norte, ela traz um benefício social de extrema importância”, afirma Claudino.

Em tempos de escassez financeira, a direção do Campus enxerga aí uma forma de melhorar a estrutura de alguns cursos ofertados pela instituição. Para o contrato deste ano, foi solicitado à prefeitura de Xangri-Lá, como contrapartida, a doação de equipamentos para o curso de panificação, como refrigeradores, freezers e liquidificador industrial, por exemplo. “Isso trará um ganho para a qualidade do curso muito maior do que os alunos têm hoje”, afirma.





Novo bloco inaugurado no primeiro semestre de 2017

Abrindo portas

Desde 2010, o IFRS Campus Osório tem mudado a vida de muitas pessoas através da Educação. O marceneiro Gerson Matias, de 47 anos, é um exemplo disso. Em 2016, ele fez o curso de Operador de Computador. Estudante do EJA na Escola Municipal Major João Antonio Marques, em Xangri-Lá, ele viu neste curso a possibilidade de aprender a lidar com as

novas tecnologias para não ficar mais dependendo de outras pessoas. Antes, Gerson perdia clientes, porque, simplesmente, não sabia utilizar o computador para enviar um orçamento por e-mail. Agora, o marceneiro revela que não se aperta mais. “O curso me ajudou bastante. Abriu minha mente e facilitou minha vida profissional. Foram ensinamentos que vou levar para o resto da vida”, afirma.

IFRS Campus Osório

Cerca de
1.000
alunos

100
Professores e
técnicos-administrativos

11
cursos oferecidos

- Modalidade de ensino médio integrado ao técnico:

Técnico em Administração e Técnico em Informática

- Modalidade subsequente (cursos técnicos pós-ensino médio):

Técnico em Administração, Técnico em Guia de Turismo e Técnico em Panificação

Neste ano, um curso de Manutenção e Suporte em Computadores também deverá ser ofertado

- Educação Superior:

Tecnologia em Processos Gerenciais, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Letras Português/Inglês e Licenciatura em Matemática


- Pós-graduação: Educação Básica Profissional

- Atende 23 municípios do litoral norte:

Arroio do Sal, Capão da Canoa, Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Maquiné, Mostardas, Palmares do Sul, Tavares, Torres, Três Cachoeiras, Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Cidreira, Itati, Xangri-Lá, Mampituba, Morrinhos do Sul, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Três Forquilhas, Tramandaí e Terra de Areia

MORRER TRABALHANDO

Por Araldo Neto



Mais um duro golpe contra toda a classe trabalhadora está em andamento. Depois da chamada “PEC do fim do mundo”, que congela os investimentos públicos por 20 anos, o governo de Michel Temer quer aprovar, ainda no primeiro semestre deste ano, a PEC 287, que cria um novo sistema de seguridade social no Brasil. Na prática, o que vai acontecer é muito mais do que uma reforma. A proposta, que tramita na Câmara e deve ser votada ainda no primeiro semestre, inviabiliza uma aposentaria digna para o trabalhador em tempo razoável para que possa usufruí-la. Se for aprovada, o trabalhador só terá direito a 100% do salário com 49 anos de contribuição (veja os exemplos nesta reportagem).

Da forma como foi instituída na Constituição de 1988, a seguridade social responde por 7% do PIB brasileiro, uma imensa fatia de riqueza, que há muito tempo é cobiçada pelo mercado. A PEC 287 vem para atender este setor. Primeiro, convencendo a sociedade da falência do sistema e, segundo, impedindo o debate amplo e democrático sobre a necessidade e o impacto das medidas na vida dos trabalhadores. Quem comemora, neste cenário, são os planos de previdência privada.

CADÊ O DINHEIRO QUE DEVERIA ESTAR AQUI?

Cofins e CSLL foram criadas para financiar a Previdência Social

Os críticos da reforma garantem que o argumento do rombo é enganoso. O que acontece, segundo eles, é que o financiamento da seguridade social no Brasil é tripartite (governo, empregadores e empregados). O problema é que o governo não cumpre sua parte, ainda que os recursos existam. Eles são oriundos de dois tributos criados especificamente para este fim (art. 195 da Constituição Federal): a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL). Ocorre que, desde 1989, no Governo José Sarney, o dinheiro arrecadado é desviado para outras áreas, uma inconstitucionalidade que continua sendo praticada. Se a constituição fosse aplicada, a previdência social seria superavitária, conforme estudos.

Só a luta nos garante!

Diante de mais este ataque aos direitos sociais, é necessária e urgente a unidade de todos os trabalhadores, dos setores público e privado, na luta contra a aprovação da PEC 287. A ADUFRGS-Sindical e o PROIFES-Federação estão mobilizados e convocam todos os servidores das instituições federais de ensino para resistir e pressionar os parlamentares gaúchos no Congresso Nacional para que votem em defesa dos trabalhadores (veja páginas 35 e 36).

O Governo Temer está empenhado em assegurar que a PEC seja aprovada integralmente, sem nenhuma emenda, nem mesmo por iniciativa de deputados dos partidos governistas. Veja, nesta reportagem, os principais pontos da reforma, que vai mudar o sistema de seguridade no Brasil e, na prática, roubar da grande maioria dos brasileiros o sonho de se aposentar com dignidade.



Especialistas garantem: Previdência pública é superavitária!

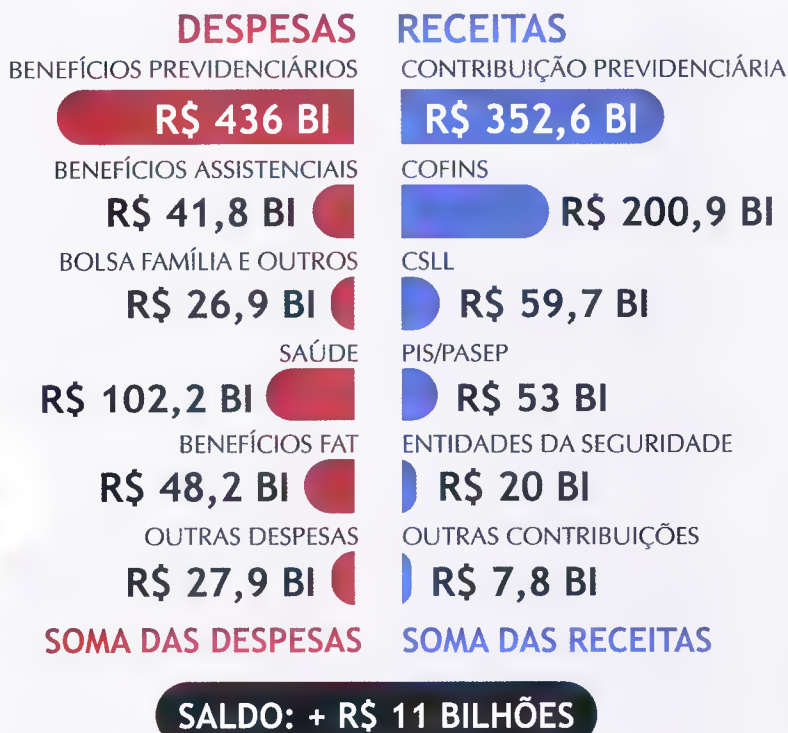
Com previsões alarmistas sobre o risco de uma bancarota do sistema de seguridade, o Governo Temer encaminhou a PEC 287. O objetivo é aprovar a proposta às pressas, sem debate, sem contraditório e, de preferência, sem emendas. O argumento de que a Previdência é deficitária, porém, não é aceito por especialistas que trabalham na área. Parte do sistema de Seguridade Social, a Previdência pública é financiada por recursos oriundos de três fontes: trabalhadores, empregadores e Estado, conforme prevê o artigo 195 da Constituição Federal. De acordo com levantamento da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Anfip), a receita total de 2015 chegou a R\$ 694.398 bilhões. O montante foi gasto com o pagamento de todos os benefícios urbanos e rurais (aposentadorias, por exemplo), os benefícios assistenciais (pessoas de baixa renda com deficiência, por exemplo), as transferências de renda

(bolsa família), saúde e outras despesas, que totalizaram R\$ 683.168 bilhões. Confrontadas as receitas e as despesas, o resultado é um superávit de R\$ 11,2 bilhões.

Onde, então, está o rombo, que justificaria uma mudança dramática nas regras das aposentadorias? É que, na conta governista, receitas são somente as contribuições provenientes da folha de pagamento (R\$ 352.553 bilhões) e despesa, os benefícios urbano e rural (R\$ 436.090 bilhões), e mais as transferências para estados e municípios (R\$ 1,07 bilhão). Neste cálculo, o resultado é um “déficit” de R\$ 85 bilhões. Para a economista do Dieese, Anelise Manganeli, do ponto de vista contábil, dizer que há um déficit na Previdência é deixar de analisar a seguridade social como um todo. “O regime tripartite é clássico em termos mundiais. O que ocorre é que alguns analistas olham para esse balanço com um olhar de previdência privada, ignorando o regime de repartição. É aí que está a diferença de entendimento”, argumenta.

SEGURIDADE SOCIAL

(NÚMEROS APROXIMADOS DIVULGADOS EM 2015 PELA ANFIP)



1. Receitas da Seguridade Social conforme art. 195 da Constituição Federal | 2. A tabela da ANFIP é baseada em dados oficiais do governo (SIAFI)

Projeções não podem nortear Reforma da Previdência

Apresentando déficits orçamentários sucessivos e crescentes, proporcionalmente ao PIB, o governo alega, sobretudo, fatores como o envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida. Argumento polêmico, na opinião da economista do Dieese. Ela explica que o aspecto demográfico não abrange apenas a longevidade, mas fecundidade, mortalidade e migrações, que também precisam compor as projeções. É necessário, ainda, avaliar questões como educação, saúde, comportamento familiar e reprodutivo, relações entre homens e

mulheres, mercado de trabalho, relação da população com o meio ambiente, entre outras. Do ponto de vista econômico, é necessário considerar a dinâmica do mercado de trabalho. “Não sabemos qual será o montante de contribuições previdenciárias em 2060, mas sabemos o que influencia positivamente e negativamente, ou seja, as políticas adotadas”, diz a economista. O desemprego é exemplo de uma restrição importante para a arrecadação previdenciária. “Quanto mais distante é essa projeção, maior é a chance de erro. A projeção é um indicativo, mas ela não pode nortear uma reforma nesta dimensão”, destaca.

Idade mínima para aposentadoria aumentará junto com expectativa de vida

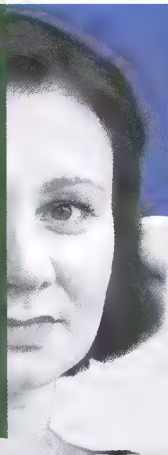
Se aprovada, a idade mínima para obter a aposentadoria, no Brasil, passa a ser de 65 anos. Conforme a expectativa de vida do brasileiro crescer, a idade mínima também vai subir. Ou seja, quando aumentar em um ano a expectativa de vida, automaticamente o trabalhador verá a idade mínima também se elevar em um ano. É isso que está previsto na PEC 287. O Governo argumenta que, assim, novas reformas deixariam de ser necessárias. Para a economista do Dieese, este raciocínio é ainda mais perverso, pois o cálculo não leva em consideração a desigualdade social e as diferenças regionais existentes no Brasil.

Previdência deixa de ser política de Estado

O objetivo da PEC 287 proposta pelo presidente Michel Temer é dificultar ao máximo o acesso à Previdência Social. Para Anelise Manganelli, a reforma proposta é uma clara demonstração que o Governo não enxerga a previdência como política de Estado. Isso já havia ficado claro assim que Temer assumiu a presidência em abril de 2016. Uma de suas primeiras medidas foi acabar com o Ministério da Previdência, que estava no âmbito do Ministério do Trabalho, e passá-lo para a pasta da Fazenda. De acordo com o advogado da ADUFRGS-Sindical, Francis Bordas, a reforma tem por objetivo abrir orçamento para o custeio da dívida pública. “Quanto menor o gasto com previdência pública, educação e saúde, mais dinheiro sobra para o custeio da dívida pública no Brasil, que é o que dá sustentação a boa parte do mercado financeiro”, afirma.

Campanha nas ruas

A ADUFRGS-Sindical está mobilizada contra a reforma da previdência. Foi produzida uma campanha com o objetivo de alertar os docentes e toda a sociedade, para os impactos que essa reforma terá na vida dos brasileiros. Você pode conferir os conteúdos através de inserções nas rádios Band News 99.3 e Guaíba 101.3, no Facebook e nos outdoors espalhados pelo Estado.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA:
**PREJUDICAR OS PROFESSORES
NÃO É DIREITO**

Previdência privada pronta para abocanhar o mercado

Com a Previdência Social quase inatingível para os brasileiros, pelo menos para que possam usufruir deste benefício com dignidade, quem ganha são os planos de previdência privada. Em outras palavras, as instituições bancárias, que administram esses fundos previdenciários, poderão abocanhar esta próspera fatia de mercado. Curiosamente ou não, essas mesmas empresas são grandes financiadoras de campanhas eleitorais. “Se perde o caráter humanitário, se perde o caráter de solidariedade, se perde, por completo, a perspectiva de futuro, só quem ganha é a previdência privada. É isso que está por trás da Previdência do Temer”, afirma Bordas.

Maioria dos brasileiros reprova a reforma

Mais da metade dos brasileiros desaprova a Reforma da Previdência. É o que apontou uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O levantamento mostra que 53,8% das pessoas ouvidas rejeitam as novas regras. A maioria (60,1%) são mulheres, que chegam a 63,2% na faixa de 35 a 54 anos. Se aprovada a reforma, elas serão equiparadas aos homens na idade

mínima para obter o benefício. Apenas 19,6% disseram aprovar a reforma, enquanto 26,6% disseram não saber ou preferiram não responder. Este percentual tão expressivo corrobora a posição dos movimentos populares, que defendem um debate amplo e democrático sobre a amplitude e o impacto das medidas na vida dos trabalhadores.

Corrida para fugir das novas regras

Para fugir dos efeitos perversos da reforma, os brasileiros estão correndo contra o tempo para garantir a sua aposentadoria. Apenas em janeiro deste ano, o número de pedidos de aposentadoria no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), cresceu 45% na comparação com o mesmo período de 2016. Mais pedidos é igual a mais tempo de espera. Segundo a advogada especialista em direito previdenciário, Aline Portanova, o tempo de espera para os agendamentos nas agências do INSS do Rio Grande do Sul pode variar de três a seis meses. Até metade de 2015, na comparação, não era necessário fazer agendamento para fazer pedido de aposentadoria. Para saber: a entrada para o pedido de aposentadoria pode ser feito em qualquer agência do INSS do Brasil. Portanto, vale a pena pesquisar a que oferece um prazo menor de espera.

Francis Bordas, Advogado da ADUFRGS-Sindical



Anelise Manganelli, Economista do Dieese

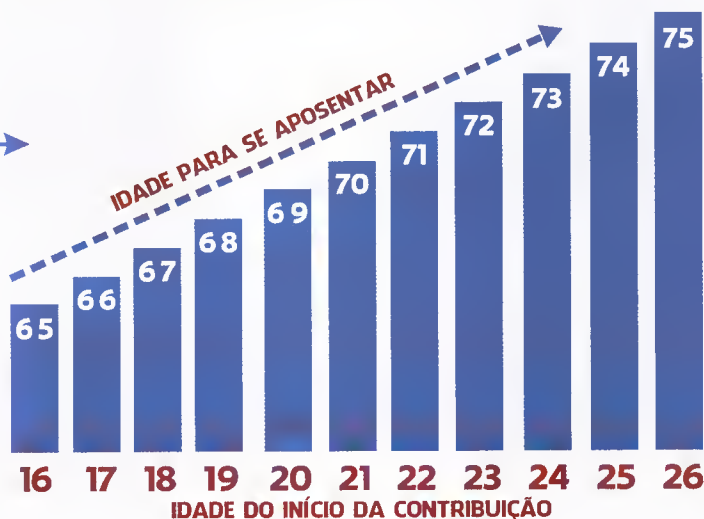


ENTENDA O QUE PODE MUDAR COM A PEC 287

Reforma atinge todos, principalmente os mais jovens

65 anos. Essa será a idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores (homens e mulheres), caso a PEC 287 seja aprovada. A reforma também irá elevar o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos. Todos os trabalhadores ativos serão afetados pelas novas regras. Homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos deverão obedecer às novas regras integralmente. O trabalhador terá seus proventos de aposentadoria calculado da seguinte forma: 51% da média das remunerações + 1% para cada ano de contribuição, até o limite de 100%. Para ter 100% da média das contribuições, o servidor terá que contribuir por 49 anos. De acordo com dados do Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, 61% do funcionalismo público federal será atingido em cheio pela reforma. No setor da Educação, esse percentual chega a 70%. Esses servidores terão que replanejar suas aposentadorias. "A reforma da previdência é de interesse dos jovens e não só dos aposentados ou de quem está esperando a aposentadoria em breve", alerta o advogado da ADUFRGS-Sindical, Francis Bordas.

Tempo de contribuição para se aposentar com 100% da média das remunerações, se a PEC 287 for aprovada



REFORMA DA PREVIDÊNCIA REGRAS GERAIS



Regra de transição para homens com mais de 50 anos e mulheres acima dos 45 anos

Haverá uma regra de transição para quem está perto da aposentadoria. Homens acima dos 50 anos e mulheres acima dos 45 poderão se aposentar com regras diferenciadas. Porém, essas regras só valem para o tempo de aposentadoria, já que, para o cálculo do benefício, será aplicada a nova fórmula. Trabalhadores que se enquadram na transição deverão cumprir um período adicional de contribuição, uma espécie de "pedágio", equivalente a 50% do tempo que falta para a aposentadoria. Exemplo: se o tempo faltante para a aposentadoria for 2 anos, o trabalhador terá que contribuir mais 3 anos ($2 \text{ anos} + 50\% = 3 \text{ anos}$). Na transição, o valor do benefício segue a regra geral, ou seja, 51% da média das contribuições + 1% para cada ano de contribuição.

REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS



Homens com
mais de 50 anos



Mulheres com
mais de 45 anos

Nas regras atuais, uma mulher com 45 anos de idade e 28 anos de contribuição teria que trabalhar mais 2 anos para se aposentar. Se a proposta de reforma for aprovada, a estes 2 anos que faltam para completar 30 anos de contribuição será acrescido um ano (que corresponde a 50% do tempo faltante), ou seja, ela terá que trabalhar mais 3 anos.

28
ANOS



COMO É:

28 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO + 2 anos* = **30 ANOS**

* 2 anos (tempo faltante de trabalho)

COMO PASSA A SER
(se a PEC 287 for aprovada):

28 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO + 3 anos** = **31 ANOS**

** 2 anos (tempo faltante)
+ 1 ano (50% do tempo faltante)

Fim da aposentadoria especial para professores do ensino básico

Os chamados segurados especiais, que inclui agricultores familiares e professores do ensino básico, passarão a seguir a mesma regra de idade mínima dos segurados urbanos (65 anos), caso a reforma seja aprovada nos moldes como foi encaminhada ao Congresso. Atualmente, eles podem se aposentar com idade reduzida. O advogado da ADUFRGS-Sindical, Francis Bordas, analisa que somente o professor que tem 50 anos, no caso dos homens, e 45 anos, no caso

das mulheres, conseguirão atenuar essa perda pela regra de transição. A ampla maioria dos professores do ensino público federal não está nesta faixa, sobretudo pelo grande número de novos docentes, que ingressaram nos últimos anos, a partir da implantação dos institutos federais e da expansão das universidades. "A menos que se combata essa mudança, os professores e professoras serão atingidos em cheio pela reforma da previdência", afirma.

Como será a transição da previdência dos servidores

O advogado da ADUFRGS-Sindical, Francis Bordas, alerta que a reforma propõe que a partir de agora passe a valer toda e qualquer contribuição para calcular a média dos salários, e não mais 80% das maiores contribuições. "Significa que aquela contribuição que o pai fazia no valor de um salário mínimo, querendo ajudar, vai ajudar a baixar a média. É preciso ter muito cuidado quando se for averbar um tempo de serviço, porque isso vai trazer impacto direto no valor da sua aposentadoria",

alerta. Pela reforma, ficam revogadas as regras transitórias criadas em 1998 e 2004. Haverá uma única regra de transição com exigências cumulativas de 60/55 anos de idade; 35/30 anos de contribuição; 20 anos de serviço público; 5 anos no cargo e ainda um pedágio de 50% a mais no tempo de contribuição faltante. Para os servidores contratados anteriormente a 1998, as regras de transição permitirão ao servidor compensar redução da idade mínima de 60 anos pelo período excedente no seu tempo de contribuição.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PARA QUEM VALERÃO AS NOVAS REGRAS SE A PEC 287 FOR APROVADA

Homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos ficam sujeitos às novas condições

COMO É HOJE

COMO PODE FICAR COM A REFORMA

Para quem é da 2ª geração (ingressou antes de 2004):

APOSENTADORIA INTEGRAL

51% + 1% por ano da média de todas as remunerações

Para quem é da 3ª geração (ingressou entre 2004 e 2013)

100% da média das 80% melhores remunerações

51% + 1% por ano da média de todas as remunerações

Veja que se a pessoa dos casos anteriores se aposentar aos 65 anos de idade com 30 anos de contribuição, ganhará APENAS 81% da média de todas as remunerações - uma grande diminuição do provento de aposentadoria.



Fim do acúmulo de pensões

Proibido aposentadoria + pensão: De acordo com a proposta, o servidor público não poderá mais receber aposentadoria e pensão ao mesmo tempo, devendo optar por um dos benefícios.

Permitido vencimentos + pensão: Enquanto o servidor estiver em atividade, é possível manter a percepção dos vencimentos + pensão por morte de cônjuge ou companheiro(a).

Suspensão do benefício: considerando a vedação de cumulação de aposentadoria + pensão e, também, de pensão + pensão de cônjuges e companheiros, está prevista a suspensão dos benefícios cuja percepção for vedada, e pela qual o aposentado ou pensionista deixar de optar. Tratando-se de suspensão de benefício, na hipótese de surgir um fato novo, que modifique a situação do beneficiário, há possibilidade de restabelecimento da aposentadoria ou pensão suspensa.

Proibido pensão + pensão: Na hipótese do servidor falecido ter tido duas aposentadorias, o pensionista deverá optar por uma das pensões. Destaca-se que a proposta não traz referência à proibição de percepção de mais de uma pensão por morte aos filhos e dependentes, mas somente aos cônjuges e companheiros.

Se a PEC 287 for aprovada, a pensão será definida conforme o número de dependentes

O valor do benefício será equivalente a uma cota familiar de 50% acrescida de cotas individuais de 10% por dependente, até o limite de 100% do provento de aposentadoria ou do valor que o provento teria pela regra nova, se o falecido for ativo.

Exemplo:



Cota familiar (50%) +
viúva (10%) + um filho menor (10%)
= 70% do provento do servidor falecido

O QUE PODE MUDAR PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS SE A PEC 287 FOR APROVADA

REGRAS GERAIS

COMO É HOJE

COMO PODE FICAR COM A REFORMA

TETO DO BENEFÍCIO

O valor corresponde ao teto do INSS + 70% da parcela que o excede

50% do provento do servidor + 10% por dependente

PENSÕES POR MORTE

100% do valor do benefício (valor do teto do RGPS + 70% da diferença dos vencimentos ou proventos que exceder ao teto do RGPS)



50% do valor da aposentadoria a que o servidor teria direito se aposentado + 10% por dependente

ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

É permitido uma pessoa receber mais de um benefício, como por morte e aposentadoria

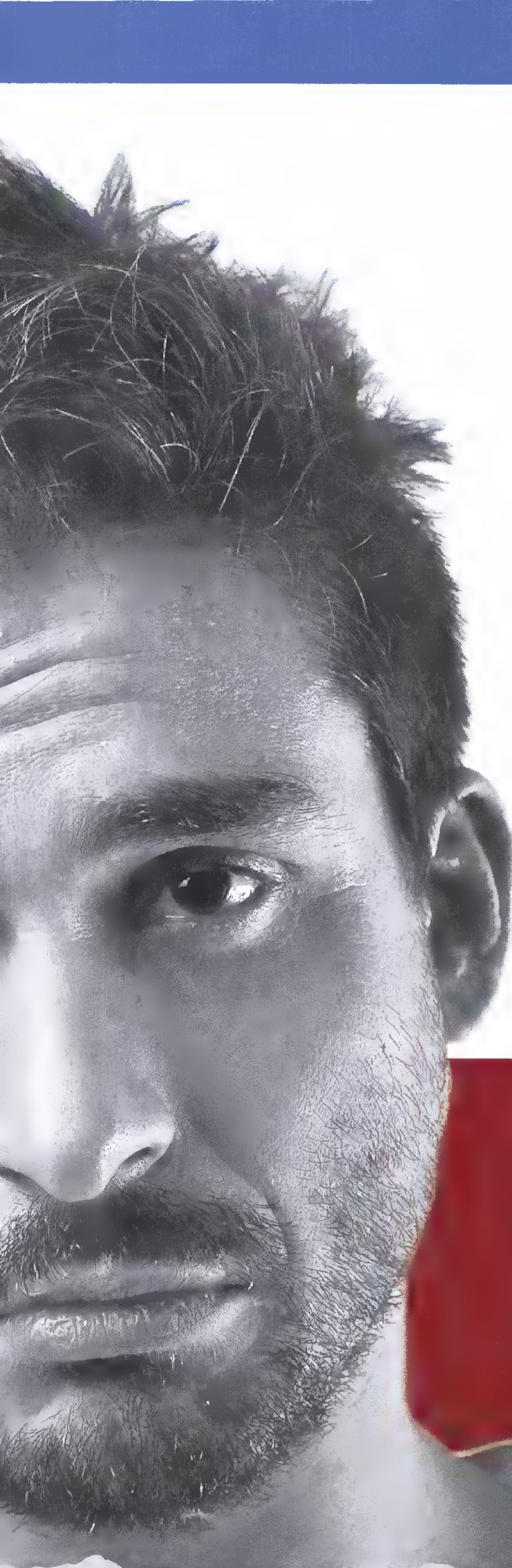


Proibido acumular benefícios

PREVIDÊNCIA



Agência Brasil



Redução no padrão de vida dos pensionistas

Os pensionistas de servidores terão, a partir da aprovação da reforma, uma enorme redução de seu padrão de vida. Em muitos casos, são pessoas com idade razoavelmente avançada, que não estão preparadas para uma mudança tão abrupta em suas vidas. Caso a reforma seja aprovada, o valor do benefício passa a ser equivalente a uma cota familiar de 50% acrescida de cotas individuais de 10% por dependente, até o limite de 100%. Quando o(s) filho(s) completar(em) 21 anos, a sua cota é extinta.

A reforma prevê ainda mudança no cálculo para o pagamento de pensão de servidores falecidos na ativa. O valor (teto INSS + 70% do que exceder) para a pensão do servidor aposentado será calculado sobre a aposentadoria, como antes, mas se o falecimento do servidor se der na atividade, ao contrário de antes, o cálculo será feito, não mais sobre o valor de sua remuneração, e sim sobre um hipotético valor de aposentadoria por invalidez na data de seu falecimento, o que significa uma enorme redução do benefício.

As novas regras também acabam com a pensão vitalícia para todos os dependentes. O tempo de duração do benefício para o cônjuge passa a ser variável, conforme sua idade na data de óbito do(a) servidor(a): será vitalícia apenas se o(a) viúvo(a) tiver 44 anos ou mais.

Tempo de duração da pensão*

Idade do pensionista no momento do óbito do instituidor	Tempo máximo de recebimento da pensão
Menos de 21 anos	3 anos
Entre 21 e 26 anos de idade	6 anos
Entre 27 e 29 anos de idade	10 anos
Entre 30 e 40 anos de idade	15 anos
Entre 41 e 43 anos de idade	20 anos
A partir de 44 anos de idade	Vitalícia

*Segundo o que dispõe as regras atuais do RGPS

Aniquilamento da aposentadoria por invalidez

De acordo com a reforma da previdência, se a incapacidade for permanente e causada por acidente de trabalho, o provento corresponderá a 100% da média das 80% maiores remunerações. Mas se a incapacidade não tiver origem em acidente de trabalho, o valor do provento corresponderá a 51% da remuneração, acrescido de 1% para cada ano de contribuição. Quem for acometido de uma cardiopatia grave ou câncer, que são as duas principais formas de adoecimento, por exemplo, a vítima não terá o vencimento integral de aposentado. O advogado Francis Bordas adverte que, “quanto mais jovem a pessoa ficar doente, pior será a sua aposentadoria”.

Golpe contra as mulheres

Sem fazer discussão prévia, o Governo quer equiparar homens e mulheres com a Reforma da Previdência. Sem levar em conta aspectos culturais, como a dupla jornada de trabalho e os direitos adquiridos, a proposta extingue a diferença de cinco anos entre os sexos, com o único argumento de que a mulher tem uma expectativa de vida maior do que o homem. “Isso implica em desconhecer por completo as fortes desigualdades que vivemos na sociedade brasileira. Ignora a segunda jornada de trabalho a qual as mulheres estão submetidas cotidianamente”, critica o advogado. Na opinião de Bordas, “a reforma cria uma ficção ao enquadrar todos os trabalhadores na mesma regra, inclusive trabalhadores rurais. Como se todos fossem iguais e tivessem condições de trabalhar até os 65 anos”.

É hora de pressionar os deputados para barrar a PEC 287

Dos gaúchos que integram a CCJ da Câmara, votaram a favor da reforma os deputados Alceu Moreira (PMDB), Covatti Filho (PP), Darcísio Perondi (PMDB) e José Fogaça (PMDB). Votaram contra, a deputada Maria do Rosário (PT) e os deputados Afonso Motta (PDT) e Pompeo de Mattos (PDT). Ao que tudo indica, a bancada governista, que é maioria no Congresso, deve votar a favor da reforma e, se depender de Temer, sem nenhuma alteração com relação ao texto original.

Por isso, o PROIFES-Federação e a ADUFRGS-Sindical conclamam os docentes a participar das mobilizações, a fim de impedir que o golpe nas aposentado-

rias seja consumado. Envie e-mail, ligue e pressione cada um dos 31 deputados gaúchos a votar contra a Reforma da Previdência. O objetivo do governo e da sua base de apoio no Congresso é apressar a aprovação da PEC 287, mesmo que, para isso, tenha que atropelar ritos internos da Câmara e do Senado, assim como o seu conteúdo atropela a Constituição e os direitos dos trabalhadores.

Temos pouco tempo para agir. A votação em primeiro turno, no plenário da Câmara, deve ocorrer no dia 28 de março. Veja, a seguir, a relação dos deputados gaúchos e seus contatos.



AFONSO HAMM (PP)

Fone: (61) 3215-5604
dep.afonsohamm@camara.leg.br



AFONSO MOTTA (PDT)

Fone: (61) 3215-5711
dep.afonsomotta@camara.leg.br



ALCEU MOREIRA (PMDB)

Fone: (61) 3215-5238
dep.alceumoreira@camara.leg.br



ASSIS MELO (PCdoB)

Fone: (61) 3215-5625
dep.assismelo@camara.leg.br



BOHN GASS (PT)

Fone: (61) 3215-5469
dep.bohngass@camara.leg.br



CAJAR NARDES (PR)

Fone: (61) 3215-5379
dep.cajarnardes@camara.leg.br



CARLOS GOMES (PRB)

Fone: (61) 3215-5285
dep.carlosgomes@camara.leg.br



COVATTI FILHO (PP)

Fone: (61) 3215-5228
dep.covattifilho@camara.leg.br



DANRLEI DE DEUS (PSD)

Fone: (61) 3215-5566
dep.danrleideushinterholz@camara.leg.br



DARCÍSIO PERONDI (PMDB)

Fone: (61) 3215-5518
dep.darcisioperondi@camara.leg.br



GIOVANI CHERINI (PR)

Fone: (61) 3215-5468
dep.giovanicherini@camara.leg.br



HEITOR SCHUCH (PSB)

Fone: (61) 3215-5277
dep.heitorschuch@camara.leg.br



HENRIQUE FONTANA (PT)

Fone: (61) 3215-5256
dep.henriquefontana@camara.leg.br



JERÔNIMO GOERGEN (PP)

Fone: (61) 3215-5316
dep.jeronimogoergen@camara.leg.br

Reforma da Previdência



JOÃO DERLY (REDE)

Fone: 3215-5901

dep.joaoderly@camara.leg.br



JONES MARTINS (PMDB)

Fone: (61) 3215-5927

dep.jonesmartins@camara.leg.br



JOSÉ FOGAÇA (PMDB)

Fone: (61) 3215-5376

dep.josefogaca@camara.leg.br



JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP)

Fone: (61) 3215-5424

dep.joseotaviogermano@camara.leg.br



JOSE STÉDILE (PSB)

Fone: (61) 3215-5354

dep.josestedile@camara.leg.br



LUIS CARLOS HEINZE (PP)

Fone: (61) 3215-5526

dep.luiscarlosheinze@camara.leg.br



MARCO MAIA (PT)

Fone: (61) 3215-5964

dep.marcomaia@camara.leg.br



DIONILSO MARCON (PT)

Fone: (61) 3215-5569

dep.marcon@camara.leg.br



MARIA DO ROSÁRIO (PT)

Fone: (61) 3215-5312

dep.mariadorosario@camara.leg.br



MAURO PEREIRA (PMDB)

Fone: (61) 3215-5843

dep.mauropereira@camara.leg.br



ONYX LORENZONI (DEM)

Fone: (61) 3215-5828

dep.onyxlorenzoni@camara.leg.br



PAULO PIMENTA (PT)

Fone: (61) 3215-5552

dep.paulopimenta@camara.leg.br



PEPE VARGAS (PT)

Fone: (61) 3215-5858

dep.pepevargas@camara.leg.br



POMPEO DE MATTOS (PDT)

Fone: (61) 3215-5704

dep.pompeodemattos@camara.leg.br



RENATO MOLLING (PP)

Fone: (51) 3215-5337

dep.renatomolling@camara.leg.br



SÉRGIO MORAES (PTB)

Fone: (61) 3215-5258

dep.sergiomoraes@camara.leg.br



YEDA CRUSIUS (PSDB)

Fone: 3215-5445

dep.yedacrusius@camara.leg.br

Mobilização contra a reforma

No dia 15 de março, as centrais sindicais prometem um dia de greve e paralisações contra a Reforma da Previdência.



Raposa solta no galinheiro

Por Araldo Neto

“Entre o forte e o fraco, a lei liberta e a liberdade opri-me”. A emblemática frase do religioso francês Henri Dominique Lacordaire representa a essência do direito do trabalho. Quase dois séculos depois de proferida, o governo federal propõe exatamente o sentido contrário da histórica frase. Tramitando em regime de urgência na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 6787/16 estabelece a prevalência de acordos e convenções coletivos entre patrões e empregados sobre a legislação. Se aprovada no Congresso Nacional, a medida vai criar insegurança jurídica, enfraquecimento dos sindicatos e um forte impacto negativo na geração de empregos.

Além de atacar o futuro do trabalhador com a Reforma da Previdência, a agenda de reformas do governo Temer também ameaça liquidar os direitos dos trabalhadores. De acordo com o presidente da CUT de São Paulo, Douglas Izzo, a proposta de Reforma Trabalhista representa o enfraquecimento dos sindicatos e das organizações coletiva. Em entrevista ao portal Rede Brasil Atual, ele aponta que a reforma vai autorizar negociações por empresa, dividindo ainda os trabalhadores. “Essa ‘modernização’ das relações de trabalho nada mais é do que rebaixar direito, diminuir os custos das empresas e aumentar o lucro dos empresários no Brasil.” advertiu.

A proposta governista prevê que o acordo coletivo vai prevalecer para 13 pontos específicos, entre eles os planos de cargos e salários e o parcelamento de férias anuais em até três vezes. Pelo texto, a Justiça do Trabalho, ao analisar a convenção trabalhista, deve seguir o princípio da intervenção mínima na autonomia da negociação. Para o líder sindical, o texto é “uma afronta à classe trabalhadora”. No formato em que foi apresentado, “não existe nenhuma margem de negociação”. Mas isso não parece preocupar o

governo Temer, que rejeita qualquer tipo de mudança nos projetos encaminhados ao Congresso, inclusive emendas originárias de sua base de apoio.

Na visão do deputado federal Patrus Ananias (PT-MG), membro da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, a PL 6787/16 representa “um retrocesso secular”. O parlamentar destaca que o projeto de lei representa o fim do direito trabalhista. “Quando falam em privilegiar o pactuado, e não o legislado, é a liberdade da raposa no galinheiro. É a liberdade do mais forte de oprimir o mais fraco”, afirma. O relatório final deve estar concluído até o final de março, para depois ser votado no plenário da Câmara.

Reforma é inconstitucional

De acordo com estudo realizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), as mudanças na legislação trabalhista são inconstitucionais. Elas contrariam a Constituição Federal e as convenções internacionais firmadas pelo Brasil, além de criarem insegurança jurídica, impactar negativamente na geração de empregos e fragilizar o mercado interno. O levantamento alerta para outras consequências nocivas da reforma, como a possibilidade de contratação sem concurso público, maior permissividade em casos de corrupção e a falta de responsabilização das empresas em caso de acidentes de trabalho, por exemplo. Durante audiência pública na Comissão Especial, o procurador-geral do Trabalho (PGT), Ronaldo Fleury, afirmou que a reforma trabalhista do governo Temer não vai gerar empregos nem crescimento econômico. Na oportunidade, ele apresentou estudos que comprovam que o maior efeito das mudanças será a precarização do mundo do trabalho. “O que gera empregos é o crescimento da economia e não a flexibilização das leis trabalhistas”, afirmou.

Na crise, a roda gira

Por Daiani Cerezer

Compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão (Ecosol - Base Brasília).



As origens do que, no Brasil, chamamos economia solidária remontam ao início do século 18, na Europa, e um século depois, nos Estados Unidos. Sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, representantes de praticamente todas as tendências políticas do período embarcaram nesta nova proposta, que criticava a ciência econômica por não integrar a dimensão social. Hoje, no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho, “existem milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente”. São associações e grupos de produtores, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de coleta e reciclagem, empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores, redes de produção, comercialização e consumo, bancos comunitários, cooperativas de crédito, clubes de trocas, entre outras.

Incluindo organizações que encarnam a busca por uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado, os empreendimentos solidários aparecem, na história, sob o impulso das grandes crises econômicas. Foi nesta perspectiva que o Fórum Social das Resistências, realizado em Porto Alegre, entre 17 e 21 de janeiro, promoveu o painel “Velhos e novos sistemas de resistência econômica – Economia Soli-

dária e Comercialização”. Histórico defensor do associativismo, o economista Paul Singer participou do debate, defendendo a economia solidária como uma alternativa a ser construída “nos interstícios que as crises inerentes ao capitalismo deixam desocupados”. De acordo com ele, existem dois exemplos que ilustram como os empreendimentos solidários ocupam espaços dentro da economia capitalista: “a terra deixada improdutiva que, via reforma agrária, é entregue aos trabalhadores e, também, o lixo que infesta as nossas cidades e que é reciclado por cooperativas de catadores”.

Em sua obra “Introdução à economia solidária”, o economista reconhece que a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária. Além de cumprir as tarefas ao seu cargo, cada um tem que se preocupar com os problemas gerais da empresa. Em outras palavras, é um modo de produção que rompe com a clássica divisão social do trabalho, criando as condições para a superação do trabalho alienado.

Na definição de Singer, “a economia solidária é a escolha pelo coletivo. É produzir, planejar, comercializar e dividir os ganhos do trabalho coletivamente”.

Painel realizado no Fórum Social das Resistências.



Também é construir “um novo sistema, uma nova economia, baseada em valores fundamentais, como a democracia, a autogestão, a valorização do ser humano, o respeito ao meio ambiente e à justiça social”. No Brasil, mais de 2 milhões de pessoas escolheram essa forma de viver, de produzir e repartir, “em oposição ao individualismo, ao egoísmo, ao vencer sozinho, que o capitalismo prega”.

Sobre o desafio de consolidar um modo de produção autogestionário e associativo, Singer lembrou a história do socialista utópico Robert Owen (1771-1858), considerado um dos fundadores do cooperativismo. “Owen propôs à Rainha da Inglaterra que, ao invés de simplesmente ajudar os pobres, fossem criadas oportunidades de sobrevivência por meio do trabalho coletivo. É isso que a economia solidária faz. E é isso que devemos fazer”, instigou.

Justa Trama, um caso de sucesso

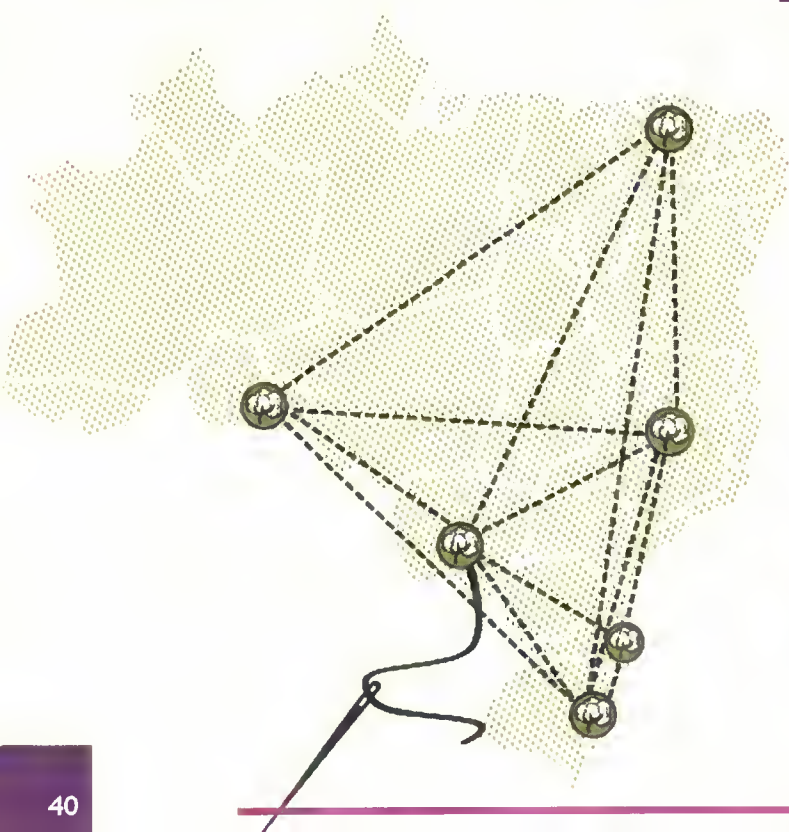
Diretora-presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol/RS), Nelsa Fabian Nespolo, citou um exemplo que considera “bem emblemático” para mostrar que é possível construir outro sistema de produção: a Cooperativa Central Justa Trama, uma cadeia produtiva, que inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até a comercialização das peças de



Arquivo Pessoal

“Que existência é essa, que planta sem veneno, que o lixo vira renda, que a renda é distribuída de forma justa entre todos, que recicla, que cuida do meio ambiente e que constrói uma sociedade diferente? Isso é a economia solidária!”.

Nelsa Nespolo, presidente da Unisol/RS





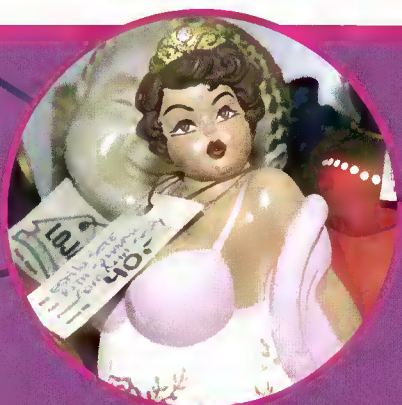
confeção produzidas com este insumo. São cerca de 600 trabalhadores em cinco estados do Brasil, entre agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras.

Segundo Nelsa, a Justa Trama “é a única cadeia produtiva completa de economia solidária do mundo”. Agricultores que plantam algodão sem uso de agrotóxicos, nos estados do Ceará e do Mato Grosso do Sul, se organizaram em torno de uma associação. O algodão produzido por eles vai para a Coopertextil, em Minas Gerais, onde são produzidos os fios e os tecidos, que vêm para a cooperativa Univens, no Rio Grande do Sul, onde são confeccionadas as roupas. Integrando a mesma cadeia, a Cooperativa Açaí, no Amazonas e em Rondônia, faz botões, adereços e bonecas com retalhos de pano, e, em Porto Alegre, o coletivo Inovarte produz jogos e bichos, também, com retalhos de tecidos.

“Não há capitalista envolvido, e os ganhos são divididos de forma justa”, destaca Nelsa, ressaltando que

este não é o único caso de sucesso na economia solidária. “Há várias outras experiências bem sucedidas de finanças solidárias, como as redes de trocas e os bancos comunitários, e vários sistemas de comercialização e de promoção da cultura. É uma grande diversidade espalhada pelo Brasil, América Latina e pelo mundo afora”.

A líder cooperativista criticou o papel do Estado no fomento do sistema cooperativo de produção e consumo. “Se a economia solidária estimula outra forma de organização das empresas, oferecendo oportunidades de emprego, valorização pessoal e democratização das relações de trabalho, e se ela tem a capacidade de fazer planejamento, combater a desigualdade social e promover outras formas de consumo, por que o Estado não investe massivamente na economia solidária? Talvez seja porque os seus líderes afrontam as políticas neoliberais e globalizadoras. Talvez porque os conceitos de ‘comunitário’ e ‘coletivo’ ainda sejam vistos como um fantasma presente na economia solidária”, desabafou.



Vale a pena conhecer: Casa da Economia Solidária

Onde: Rua Vigário Jose Inácio, 303, no Centro de Porto Alegre
O que comercializa: artesanatos e produtos da agroindústria familiar, todos com selo da economia solidária.



“Economia solidária é uma opção de vida e trabalho”

Integrante do empreendimento Misturando Arte, Katiúcia Gonçalves, falou sobre as diversas formas possíveis de finanças solidárias, como o consumo, as trocas e a poupança coletiva. Para ela, “quando compramos algo, temos que perguntar: o que estamos fomentando? para onde vai nosso dinheiro?”. É assim, explicou, “que construímos autonomia e identidade. Assim, praticamos as finanças solidárias”.

Maribel Kauffmann, artesã integrante do Empreendimento Inovarte e da Rede Olhares do Sul, destacou a necessidade de exigir dos governos a execução de políticas públicas para a área de economia solidária. “Temos direito, como qualquer cidadão, a políticas e recursos públicos para impulsionar e viabilizar os nossos negócios. Não queremos assistencialismo, queremos respeito pela nossa opção de trabalho e vida. Queremos o Estado como protagonista de desenvolvimento sustentável e inclusivo, combatendo as desigualdades sociais e cumprindo a Constituição Cidadã de 1988, e não um Estado mínimo”, defendeu.

A comercialização na economia solidária é a concretização de todos os esforços de produção e de

logística. É a etapa em que se obtêm os recursos necessários à subsistência e ao bem viver. Por isso, explica o professor Roberto Marinho, “as políticas públicas de economia solidária foram criadas”. Segundo ele, “elas existem para fortalecer o processo de resistência e para que essa resistência transforme a realidade de cada um”.

Miguel Rossetto, ex-ministro do Trabalho e Previdência Social no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, reafirmou a importância dos movimentos populares continuarem resistindo contra a retirada de conquistas históricas dos trabalhadores e pelos direitos de quem escolhe a economia solidária como instrumento de transformação social. A opinião é compartilhada pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que cobrou “mais ousadia das organizações ligadas à economia solidária”, no sentido de “radicalizar a democratização do sistema produtivo”. Um dos pioneiros na adoção de políticas públicas para o setor em âmbito municipal, como prefeito de Porto Alegre, e, depois, em âmbito estadual, como governador do Estado, Olívio acredita que “a economia solidária pode enfrentar as desigualdades provocadas pelo capitalismo”.



Daiani Cerezer

“Temos que lutar contra o desânimo, acreditar que é possível achar alternativas melhores e construí-las.”

Entrevista:

Paul Singer:

“Acredito no trabalho de formiguinha”

Em que medida a economia solidária pode ser uma alternativa ao capitalismo?

A economia solidária, fenômeno mundial que ocorre na Europa, na Ásia, na África e na América Latina, é a única forma que eu vejo para o desenvolvimento de um mercado alternativo. É importante mantermos viva a interlocução entre nós, aprender mutuamente, cada um com a experiência do outro. E espaços como do Fórum devem ser valorizados, porque é uma das maneiras mais eficazes de fazermos isso, sem dúvida alguma. As pessoas têm que se estimular por meio da participação, promovendo encontros, conhecendo outras formas de sustento e realizando ações que as tirem da pobreza, da miséria.

O que é essencial para que a construção de outro mundo seja possível?

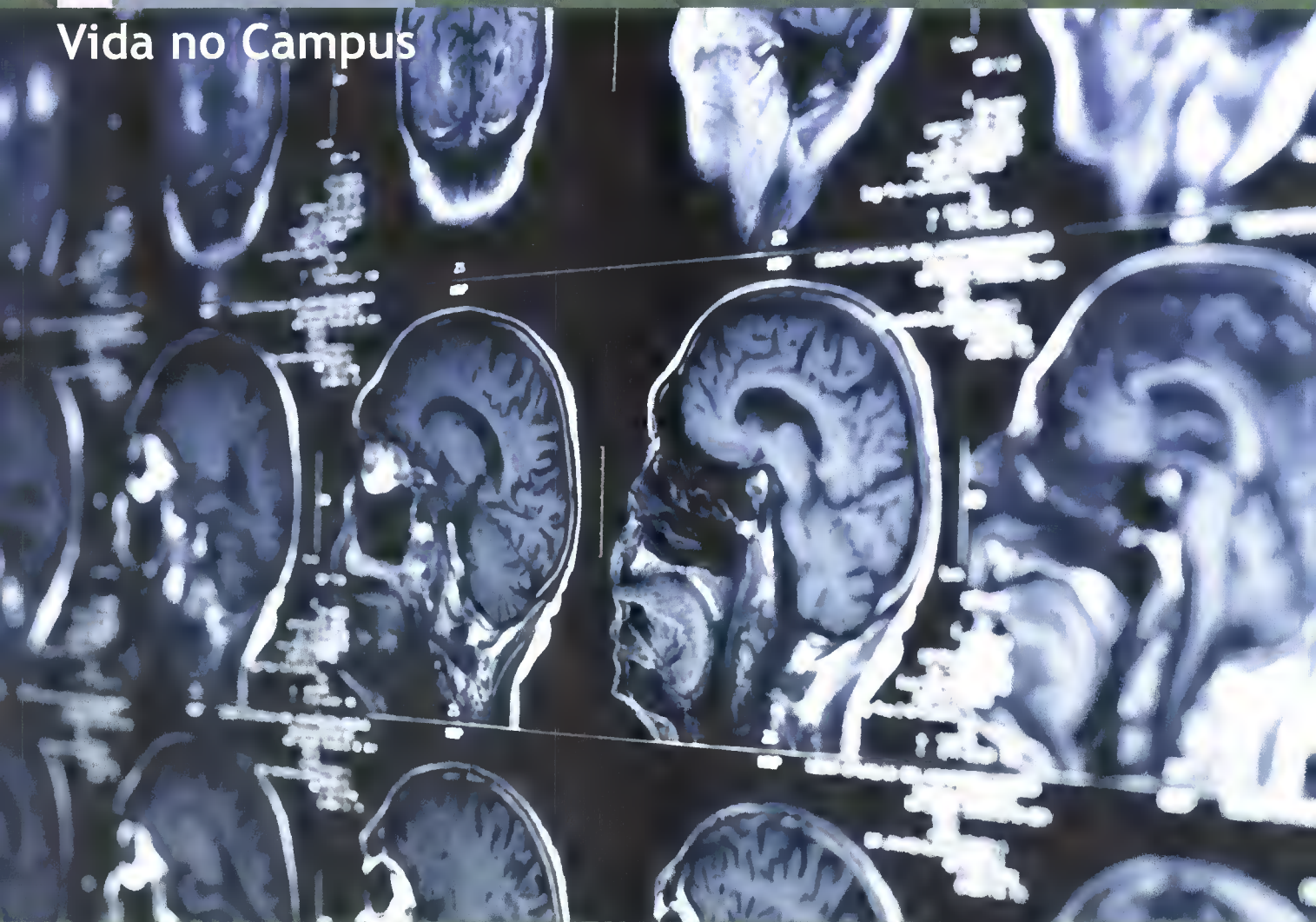
Temos que lutar contra o desânimo, acreditar que é possível achar alternativas melhores e construí-las. Acredito na economia solidária, no trabalho de formiguinha, mais local. Eu não tenho dúvidas que nós temos que apoiar esses esforços, entendê-los, estudá-los e tentar ajudá-los. Tudo em busca do aperfeiçoamento. A economia solidária é um movimento mundial hoje, que acontece em todos os continentes. Ninguém consegue construir nada sozinho. Temos que fazer isso em grupos, em movimentos. A atividade fundamental é educar para a atividade coletiva. E devemos fazer isso com uma frequência maior.

O que é preciso para que as mudanças realmente ocorram?

A sugestão principal, para que possamos mudar realmente esse mundo, é que as pessoas se encontrem e troquem experiências. Há muito a aprender. Aqui no RS, no Brasil, nos EUA também, no Canadá, há muita coisa acontecendo, que é contra o capitalismo, não abertamente, mas na prática. E essa é uma alternativa melhor.

Qual é o maior desafio a ser enfrentado?

O maior desafio é motivar e resgatar a multidão deixada à margem, fazendo-a ver que sua emancipação é possível desde que se torne protagonista das mudanças.



Professor da UFCSPA conquista importante prêmio de Medicina por pesquisa básica neurológica

Por Araldo Neto

O trabalho e a dedicação na pesquisa básica trouxeram um importante reconhecimento, no ano passado, para o professor Alberto Antônio Rasia Filho, do Departamento de Ciências Básicas da Saúde/Fisiologia da UFCSPA. Formado em Medicina pela FFFCMPA (atual UFCSPA), doutor em Ciências Biológicas:Fisiologia (UFRGS) e pesquisador do CNPq, vinculado aos PPGs em Biociências (UFCSPA) e Neurociências (UFRGS), ele concentrou esforços para elucidar algumas de suas interrogações sobre a relação entre a morfologia neuronal e sua repercussão para a função complexa do cérebro humano. Com um grupo de pesquisadores, Rasia recebeu o importante Prêmio Austregésilo da Academia Nacional de Medicina pela pesquisa "O continuum subcortical-alocórtex-neocórtex de surgimento dos neurônios piramidais humanos: implicações filogenéticas, morfológicas, funcionais e patológicas". Premiado como o melhor trabalho na área de Sistema Nervoso Central, honraria concedida a cada cinco anos, envolvendo Clínica, Patologia e Experimentação em Neurologia, Neuroendocrinologia ou Neurocirurgia, o estudo representa referência importante para compreender o local de surgimento e como os diversos tipos neuronais estão envolvidos nas vias nervosas normais e alteradas, como no caso de doenças neurodegenerativas ou quando ocorre epilepsia e transtornos do espectro autista.

Rasia explica que o foco do estudo foi desvendar como e por que se desenvolveram especificamente os neurônios denominados piramidais, um dos principais do córtex cerebral, no ser humano. É interessante que esse tipo de neurônio pode fazer mais processamento de informações e se relacionar com a necessidade dos animais de lidarem de forma complexa com o seu ambiente como, por exemplo, relacionando a expressão facial de outro indivíduo com a identificação e elaboração de emoções. "Há dados na literatura que indicam que áreas inicialmente abaixo do córtex cerebral iniciaram esse desenvolvimento para aumentar a capacidade de se ter mais comportamentos sociais", explica. Assim, iniciou a pesquisa a partir da constatação de que os neurônios piramidais poderiam surgir em uma estrutura subcortical cerebral, chamada de amígdala,



Alberto Antônio Rasia Filho

mas não em todos os seus núcleos. Somente os núcleos de ocorrência evolutiva mais recente apresentam neurônios piramidais cuja forma vai se modificando até atingir uma complexidade maior no córtex cerebral mais antigo (alocórtex, onde está o hipocampo que processa a formação da memória) e no mais recente (neocórtex, onde se elaboram conjuntamente as atividades como consciência, pensamento abstrato e atos motores complexos, dentre outros). Os neurônios piramidais e seus locais de conexão, as sinapses para conexão de múltiplas vias nervosas, passam a ser fundamentais para que muitas outras funções possam ser executadas por um cérebro que se obriga a ter um volume restrito dentro

da caixa craniana. Aumentar o quanto cada neurônio pode receber de dados e gerar novas funções foi a estratégia para elevar a capacidade nervosa animal, principalmente a humana. Desse conhecimento, chamou a atenção a possibilidade de existir também algum grau de vulnerabilidade a doenças nesse tipo de neurônio e nessas áreas nervosas específicas. “A doença de Alzheimer apresenta células atrofiadas em área subcortical, notavelmente na amígdala, o que se acompanha depois nas demais áreas corticais, fato que é coincidente com o padrão de ocorrência visto para os neurônios piramidais” e, a partir disso, “onde poder-se-ia estudar como interferir no surgimento e na progressão de tal doença”.

Além de Rasia, o trabalho teve a participação dos pesquisadores Maria Elisa Calcanhoto, Carlos Escobar Vásquez, Aline Dall’Oglio, Cláudio Rosito Jung e Roman Reberger. O estudo foi considerado uma contribuição significativa dentro da área neurológica e com implicações médicas adicionais também nas áreas das Neurociências. Ainda em 2016, consagrando a contribuição atingida, novo reconhecimento veio com o “Prêmio Professor Garcia do Padro de Anatomia Humana”, concedido pela Faculdade de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Alberto Rasia espera que sua pesquisa auxilie igualmente outros pesquisadores em seus estudos relacionados ao funcionamento do cérebro humano, juntando morfologia e função celulares com o quanto a atividade nervosa pode processar e gerar de informações a cada instante.



Neurônios piramidais: pesquisa premiada

Austregésilo, o pai da neurologia brasileira

O Prêmio Austregésilo é uma homenagem a Antônio Austregésilo Rodrigues Lima, criador da primeira escola de Neurologia do Brasil. Austregésilo nasceu em Recife, Pernambuco, em 1876, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1960. Foi o primeiro professor da Cátedra de Neurologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1912. Também se destacou como um dos precursores da psicanálise no Brasil. Foi presidente da Academia Nacional de Medicina (1934-1937, 1945-1947 e 1949/1951) e da Academia Brasileira de Letras (1939) e é considerado o pai da Neurologia brasileira.



2017:

UM ANO PARA
RENOVAR O ESPÍRITO
DE MOBILIZAÇÃO,
RESISTÊNCIA E LUTA!



ADufrgs
sindical



#digaNÃOàReformadaPrevidência
#ReajaOuVaiMorrerTrabalhando



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação